



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

**A ORALIDADE E A MEMÓRIA NO ÂMBITO DA BIBLIOTECA:
os livros humanos da Câmara dos Deputados**

Laura Abreu Sales
Orientadora: Greyciane Souza Lins

Brasília
2023

LAURA ABREU SALES

**A ORALIDADE E A MEMÓRIA NO ÂMBITO DA BIBLIOTECA:
os livros humanos da Câmara dos Deputados**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação, na Universidade de Brasília como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Greyciane Souza Lins

Brasília
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AS163o Abreu Sales, Laura
A oralidade e a memória no âmbito da biblioteca: os
livros humanos da Câmara dos Deputados / Laura Abreu Sales;
orientador Greyciane Souza Lins . -- Brasília, 2023.
97 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2023.

1. Oralidade. 2. Memória . 3. Bibliotecas Humanas. 4.
Livros humanos. I. Souza Lins , Greyciane, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A oralidade e a memória no âmbito da biblioteca: os livros humanos da Câmara dos Deputados

Autor(a): Laura Abreu Sales

Monografia apresentada em **08 de Dezembro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Alberth Sant'Ana Costa da Silva

Membro Externo (Câmara dos Deputados): Dr. Jair Francelino Ferreira



Documento assinado eletronicamente por **JAIR FRANCELINO FERREIRA, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Alberth Sant´Ana Costa da Silva, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/12/2023, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10731242** e o código CRC **124AA34C**.

Para minha mãe, minha mais completa Biblioteca Humana.

Não sou um fazedor de estátuas
Que molda figuras para ficarem imóveis
No mesmo pedestal.
Em cada marinheiro mercante, em cada embarcação
Vá, doce canto, de Egina
E difunda a notícia de que o filho de Lámpon
...conquistou a coroa.
(PÍNDARO, Neméia, 5.1-5)

RESUMO

Analisa o processo de marginalização da oralidade como instrumento de disseminação da informação e sua possibilidade de inserção nas atividades bibliotecárias. Compreende, por meio do estudo da história da oralidade e da escrita, o processo de sua marginalização como fonte válida de informação, buscando, de maneira mais específica, estudar o contexto em que emergiu a instituição biblioteca e a maneira como contribuiu para seu processo de silenciamento que perdura até a atualidade. Além disso, analisa as relações entre oralidade, memória e o trabalho realizado nas bibliotecas e compreende a origem dos primeiros projetos de biblioteca humana. A pesquisa tem caráter qualitativo, utiliza o método de estudo de caso para entender a aplicação da oralidade e a influência da memória no projeto de Biblioteca Humana realizado pela Seção de Disseminação da Informação da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados. Ao fim da pesquisa conclui-se que os projetos de Biblioteca Humana surgem como uma alternativa que contribui simultaneamente para demonstrar uma forma de inserção da oralidade no ambiente da biblioteca e diminui as barreiras entre instituição e usuário, possibilitando interações enriquecedoras para ambos.

Palavras-chave: Oralidade. Memória. Fontes de informação. Biblioteca Humana.

ABSTRACT

It analyzes the process of marginalization of orality as an instrument for disseminating information and its possibility of insertion in library activities. It understands, through the study of the history of orality and writing, the process of its marginalization as a valid source of information, seeking, more specifically, to study the context in which the library institution emerged and the way in which it contributed to its process of silence that continues to this day. Furthermore, it analyzes the relationships between orality, memory and the work carried out in libraries, understanding the origin of the first human library projects. The research is qualitative in nature, using the case study method to understand the application of orality and the influence of memory in the Human Library project carried out by the Information Dissemination Section of the Library Coordination of the Chamber of Deputies. At the end of the research, it was concluded that Human Library projects emerge as an alternative that simultaneously contributes to demonstrating a way of inserting orality into the library environment and reducing barriers between institution and user, enabling enriching interactions for both.

Keywords: Orality. Memory. Information sources. Human Library.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 - Equipe da primeira edição de Biblioteca Humana.....	75
Figuras 3 e 4 - Reunião entre leitores e livros humanos da primeira edição.....	76
Figuras 5 e 6 - Equipe da segunda edição de Biblioteca Humana.....	80
Figuras 7 e 8 - Reunião entre leitores e livros humanos da segunda edição.....	80
Figura 9 - Equipe da terceira edição de Biblioteca Humana.....	85
Figuras 10 e 11 - Reunião entre leitores e livros humanos da terceira edição de Biblioteca Humana.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITOS DE ORALIDADE E MEMÓRIA.....	16
2.1 Oralidade na Grécia Antiga.....	16
2.2 As relações entre oralidade e escrita ao longo da história.....	22
2.3 Sociedades de tradição oral.....	28
3 RELAÇÕES ENTRE A ORALIDADE, A MEMÓRIA E A BIBLIOTECONOMIA...33	33
3.1 Contextualizando a memória historicamente.....	33
3.2 A ciência da informação e o conceito de informação.....	41
3.2.1 A oralidade e a memória no âmbito da biblioteca.....	48
3.2.1.1 O processo de silenciamento na biblioteca.....	51
4 LIVROS HUMANOS: interações na biblioteca por meio da oralidade.....56	56
4.1 Biblioteca e comunidade.....	56
4.2 Pessoas como livros: as bibliotecas humanas.....	61
5 METODOLOGIA.....68	68
6 ESTUDO DE CASO: Projeto Biblioteca Humana da Câmara dos Deputados 69	69
6.1 Experiências de vida de servidores: Biblioteca Humana, 1ª edição.....	70
6.1.1 O projeto da primeira edição - 2017.....	71
6.1.2 Venha ler um servidor!.....	74
6.2 O projeto da segunda edição - 2018.....	77
6.2.1 Histórias da constituinte.....	79
6.3 O projeto da terceira edição - 2023	81
6.3.1 Relatos sobre o 8 de janeiro.....	83
6.4 Relato de Experiência.....	85
6.4.1 Relato de Aline Rabello Ferreira.....	88
6.4.2 Relato de Rosa Raimunda Araújo.....	90
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....92	92
BIBLIOGRAFIA.....93	93

1 INTRODUÇÃO

A oralidade abordada neste trabalho ultrapassa possíveis interpretações imediatas acerca de sua significação como um simples meio de se comunicar por intermédio da voz. Como exposto por Barbosa de Sá (2017), a oralidade surge a princípio, assim como surgiram posteriormente a escrita e a informática, como um instrumento que auxilia os seres humanos na melhor realização de suas atividades cotidianas como membros de uma sociedade, neste caso específico, por meio da exteriorização, através da fala, do que até então se passava de maneira clara apenas em suas mentes. Diante desse fato, é evidente que a oralidade se desenvolve juntamente com a própria evolução das sociedades humanas, que possuindo suas vozes como único canal disponível, tratavam de transmitir por ele quaisquer informações de que tivessem necessidade.

Ainda sim, posteriormente vemos a oralidade se desenvolver para representar muito mais do que apenas um meio de comunicação entre membros de uma sociedade, uma vez que não são trocadas apenas informações triviais entre os indivíduos que compõem uma sociedade oral, mas também todo tipo de informação que constitui seus aspectos identitários, como seus costumes, religião e crenças, tudo aquilo que integra sua cultura e, em especial, a memória do grupo em questão.

A oralidade e a memória são elementos profundamente conectados, pois por meio das narrativas orais, a história de uma comunidade consegue ir além do próprio tempo de vida dos homens. De acordo com Shikida (2006):

“Esquecer é perder o contato com marcas e valores de um povo, tornando a sociedade órfã da referência necessária para que o passado se conserve, o presente se expresse, e o futuro se projete no que há de mais vivo na história-memória: a vida imperecível do homem nos espaços que ocupa e nos quais atua.”

(SHIKIDA, 2006, p. 46)

Devido à carga cultural e representativa que carregam as memórias que edificam o saber de uma comunidade, a ligação entre o emissor e a mensagem muitas vezes não se torna algo trivial, mas uma essencialidade para a relevância da informação que está sendo transmitida, dificilmente podendo ser compartilhada de outra maneira sem perder parte de seu significado.

Sendo a informação e seus canais de transmissão elementos importantes no âmbito da oralidade, é nesse aspecto que se ligam à Ciência da informação. De acordo com Barbosa de Sá (2017), a Ciência da informação emerge em um contexto de explosão informacional como uma área responsável por se aprofundar nos estudos da informação em suas mais variadas formas de registro e reprodução, imersa nas igualmente mais diversas circunstâncias sociais e científicas.

Ainda segundo a autora, por tratar dos estudos dos registros informacionais e movida pelo ideal eurocentrista de intelectualidade que movimenta as áreas de estudo ocidentais de maneira geral, a Ciência da informação volta suas atenções majoritariamente à informação registrada em meio físico, em especial, materiais escritos. Diante disso, ainda que a oralidade se apresente, não apenas como um importante componente da história do compartilhamento de informações entre seres humanos, mas como um instrumento importante para o estudo de muitas áreas no tempo presente, se mantém às margens dos atuais estudos das ciências informacionais.

Sobre as necessidades de perpetuar e conservar conhecimentos por meio do registro, é nesse contexto e com esse propósito que se origina a própria instituição Biblioteca, segundo as interpretações de Virginio (2018) acerca dos estudos de Le Coadic (1994), que define a informação como um conhecimento gravado sob um suporte de forma que dessa maneira possa quebrar barreiras espaço-temporais, sendo que esses suportes podem ser de natureza escrita, audiovisual e também oral.

Ainda de acordo com Virginio (2018), a biblioteca acabou por basear seu processo evolutivo na invenção da escrita e conseqüente origem do livro. O desafio imposto seria, então, garantir meios de salvaguardar a oralidade em um ambiente cuja prioridade é o letramento, muitas vezes responsável por direcionar as narrativas orais para um campo oposto ao âmbito intelectual e até mesmo informacional.

Uma vez superado esse empecilho, o foco passa a ser o tratamento dessas informações por parte da biblioteca, de forma que as devidas essencialidades sejam respeitadas, como, por exemplo, o fato de que algumas informações perdem significado quando desvinculadas do indivíduo que as carrega. Sobre essa característica específica da oralidade, os projetos de Biblioteca Humana encontraram uma saída muito satisfatória, expandindo os espaços da biblioteca e as

relações com os usuários, fornecendo-lhes uma experiência interativa e agregadora por meio da “leitura” de outros seres humanos.

De acordo com Almeida & Hortas (2021), o projeto de Biblioteca Humana, apesar de possuir origem dinamarquesa, já percorreu o mundo e está presente em mais de 80 países. O projeto original possui como objetivo principal fornecer aos usuários de biblioteca uma alternativa de integração social e educação não formal por meio de uma conversa de 30 minutos com o “acervo” de “livros humanos”, pessoas com uma importante experiência a se compartilhar, experiências estas que em sua maioria são alvo de discriminação recorrente.

Apesar do teor comunitário ser uma importante característica dos primeiros projetos de Biblioteca Humana, é evidente que algumas adaptações do projeto foram implementadas levando em conta as próprias particularidades de algumas instituições.

O projeto abordado neste trabalho foi proposto pela Seção de Disseminação da Informação Biblioteca da Câmara dos Deputados em Brasília e adaptou o conceito de Biblioteca Humana para inicialmente fornecer maior interação entre os próprios servidores do órgão e se fazer presente na gama de eventos comemorativos para o dia do servidor público, que acontece no dia 28 de outubro.

Visando abordar as relações entre a história da oralidade e da memória como fontes informacionais e suas conexões com a ciência da informação, em especial o âmbito da biblioteconomia, esta pesquisa pretende analisar o processo de marginalização da oralidade como instrumento de disseminação da informação e sua possibilidade de inserção nas atividades bibliotecárias.

Essa problemática justifica-se, pois, em concordância com o que foi apontado por Rosalind Thomas (2005) em seu livro *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*, os conceitos de ser humano letrado e iletrado foram distorcidos ao longo da história, de maneira que não mais significam verdadeiramente a diferença entre cidadão alfabetizado ou analfabeto (termos que igualmente perderam a totalidade de seu significado inicial), mas sim possuem ligação com noções de ignorância ou conhecimento, rusticidade ou refinamento.

Em face dessa visão deturpada dos termos, causada especialmente diante das ações colonizadoras dos europeus, bem como pela conseqüente disseminação do eurocentrismo, também houve interferências no meio acadêmico que perduram até os dias de hoje, de maneira que informações e conhecimentos transmitidos de

qualquer forma que não a escrita levantam questões sobre relevância e segurança ao serem usados como materiais para referência científica. Isso inclui a esfera da Ciência da Informação e bibliotecária, que, por possuir como área de estudo a informação sob diversos suportes e formatos, acaba por não apenas priorizar o meio escrito, como, na maioria das vezes, negligenciar os suportes alternativos, onde inclui-se a oralidade.

Sendo assim, este trabalho é pertinente por abordar a realidade da oralidade e da memória como fontes válidas de informação, sendo não apenas bases perfeitamente apropriadas para uso científico, como também a única maneira de se estudar e chegar a conclusões em algumas áreas de pesquisa específicas, desde que realizados procedimentos que assegurem sua veracidade e relevância, procedimentos esses que devem ser realizados com qualquer fonte de informação, não apenas a oral.

Ademais, no ambiente da biblioteca especificamente, os trabalhos com a oralidade podem fornecer aos usuários benefícios variados, pois lhes proporcionam o contato com o conhecimento e a percepção de realidades alheias por um meio educacional mais informal e interativo, além de contribuir para estreitar as conexões estabelecidas não apenas entre os frequentadores de um ambiente em comum, como no caso da biblioteca da Câmara dos Deputados, como por diminuir a distância entre os usuários e a própria instituição biblioteca.

Por fim, este trabalho se torna relevante por apresentar um modelo adaptado de biblioteca humana na capital do país, mais relacionado à memória institucional, que se utiliza dos relatos, das memórias e das identidades dos livros humanos selecionados, pessoas que também compõem o corpo de trabalho da própria Câmara dos Deputados, e que, por meio das narrações de suas experiências pessoais, possibilitam uma interação entre colegas de trabalho, além de inserir os usuários da biblioteca em um meio informacional em que o conhecimento proporcionado não é apenas aceito ou rejeitado pelo leitor, como no caso das informações escritas, mas que permite a argumentação e o acréscimo imediato por parte do “leitor”.

Diante disso, este trabalho possui, de maneira geral, o objetivo de compreender, por meio do estudo da história da oralidade e da escrita, o processo de marginalização da oralidade como fonte válida de informação, buscando, de maneira mais específica, estudar o contexto em que emergiu a instituição biblioteca

e a maneira como contribuiu para seu processo de silenciamento que perdura até a atualidade, examinar o âmbito do surgimento da ciência da informação e os conceitos que a compõem, analisar as relações entre oralidade, memória e o trabalho realizado nas bibliotecas, compreender a origem dos primeiros projetos de biblioteca humana e, por fim, entender a aplicação da oralidade e a influência da memória no projeto de Biblioteca Humana proposto e executado pela Seção de Disseminação da Informação da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITOS DE ORALIDADE E MEMÓRIA

Como muito será abordado neste trabalho, a oralidade acompanha a história dos próprios seres humanos e seus processos de formação de sociedades. Como ressaltado por Calvet (2011), a escrita e meios alternativos, veremos mais à frente, surgiram de maneiras diversas posteriormente nessas sociedades, seja para sanar necessidades – surgindo, dessa forma, natural e gradualmente em uma comunidade – ou seja por meio do domínio e movida por noções de superioridade de um povo pelo outro.

Seja como for, o que se deve levar em consideração no momento quanto aos apontamentos de Calvet (2011) é o fato de que a oralidade assumiu ao longo da história um papel inferiorizado entre as fontes de informação, e isso muito se deve a uma visão “escriptocêntrica” moldada por séculos de colonização e ideais aristocráticos de cultura e intelectualidade.

Sendo a ciência da informação uma área ampla de estudos da informação em suportes diversos, estando a oralidade inclusa, é interessante investigar a história desse meio comunicacional e informacional a fim de entender seu processo de afastamento como fonte de informação prontamente respeitada. A oralidade é um aspecto fundamental da identidade de comunidades até os dias de hoje, e, ao longo da história, compunha perfeitamente a centralidade do cotidiano de grandes nações, como é o caso da civilização da antiga Grécia.

2.1 Oralidade na Grécia Antiga

É inconcebível tratar da história da oralidade e não abordar uma sociedade cuja história foi muito fundamentada na transmissão de informações dessa maneira:

a Grécia Antiga é um dos cernes, se não o principal deles, para o estudo da oralidade por meio da análise de sua centralidade no cotidiano dos cidadãos gregos.

A oralidade se faz presente no cotidiano grego especialmente por meio dos versos, que naturalmente facilitam a memorização e ajudam a manter os aspectos principais de uma história transmitida por muitos, na maioria das vezes sem autoria identificada. De acordo com Shikida (2006), as poesias na Grécia antiga pertenciam a todos. O conceito de direito autoral nesse contexto era de mínima importância, visto que as narrativas contadas em versos representavam o povo grego de maneira unificada, expressando, por meio de cantorias e poesias, os aspectos mais importantes de sua religião, seus costumes e ideias, as noções de ética e moral da sociedade grega. Conforme Rosalind Thomas (2005), as obras em prosa só passaram a ser registradas por escrito em meados do século VI, o que ilustra a importância do verso por meio da tentativa de assegurar sua durabilidade também por escrito, em meio a uma sociedade totalmente dependente da comunicação oral.

Diante do papel importante da poesia e dos versos para o compartilhamento de seus valores entre o povo grego, abre-se espaço para abordar o prestígio atribuído ao próprio poeta, cuja responsabilidade também inclui muito da religiosidade grega, como podemos perceber na ligação estabelecida entre seus trabalhos e a deusa Mnemosine. Conforme Barbosa de Sá (2017, apud Kessel, 2008), para a sociedade da Grécia Antiga, a memória é tratada como um dom sobrenatural dado aos que são responsáveis por passá-la para frente. Essa habilidade foi concedida pela deusa protetora das artes e da história, de onde se deriva o próprio termo "memória", a deusa Mnemosine, filha dos deuses Urano e Gaia, e mãe das Musas, entidades responsáveis pela inspiração e memória, duas habilidades com ligações profundas entre si, interligadas também com o corpo do poeta que as armazena e transmite.

Tendo esse fato em mente, o registro dessas memórias se torna prejudicial por desvitalizar sua existência ao extraí-la do corpo desses sujeitos. Sendo a escrita um recurso não recomendado, os antigos gregos desenvolveram suas próprias estratégias de preservação da memória por meio da oralidade, tornando o poeta a figura central dessas engrenagens e um indivíduo de papel social deveras importante.

Rosalind Thomas (2005) levanta importantes fatos acerca da natureza dos poetas da Grécia Antiga. A autora pontua que as atribuições dos poetas iam de

sábios a filósofos. Esses indivíduos eram não apenas os detentores da memória, como também os portadores e preservadores da verdade, cuja palavra grega *alethéia* se opõe à expressão de "esquecimento", *léthe*. É na sua ligação profunda com a verdade que os poetas estabelecem importante conexão com as crenças e divindades gregas. As Musas são deusas cuja função é geralmente atribuída a inspiração, mas para os poetas, eram divindades a qual recorriam quando em necessidade de se buscar algum detalhe esquecido de sua narrativa. Thomas (2005) ressalta ainda que poetas como Homero e Hesíodo pediam às musas, não por iluminação no campo das ideias, mas pela revelação da pura verdade, conhecida apenas pelos deuses onipresentes e apresentada aos humanos apenas por meio de seus auxílios.

Quanto à sua posição na sociedade, a figura do poeta podia assumir um papel mais atrelado à sua condição performática, visto que a maneira de se interpretar e externalizar os versos acabava por ser de igual importância em suas apresentações ao público, podendo compor também o corpo aristocrático grego e atuar mais como influenciadores legislativos e filósofos. A proclamação de versos está ligada à fama e notoriedade, e apenas o indivíduo que realizou grandes feitos pode realizar essa tarefa. A *Kléos* (glória) conquistada pelos poetas pode ser relacionada a suas supostas ligações com os deuses, o que lhes conferia certa natureza extramundana. (THOMAS, 2005, p.158)

Como mencionado, na atualidade quaisquer termos relacionados ao letramento ou ausência dele remetem às características opostas umas às outras de ser humano ignorante ou intelectual, culto ou rústico. Rosalind Thomas (2005) apresenta a Grécia antiga de uma maneira que torna possível questionar permanentemente esses dois conhecidos extremos: tratava-se de uma civilização com um grande número de cidadãos letrados, que, apesar de contar com um conjunto considerável de documentos governamentais e obras literárias, optava pela oralidade como principal e mais confiável meio de transmissão de informações, sejam estas poesias, conhecimentos científicos ou mesmo informações de cunho legal. A linguagem escrita vinha em segundo plano.

Em verdade, a escrita não apenas é tratada como secundária para essa população, como é também objeto de aversão para grande parte daquele povo que enxergava a oralidade não apenas como meio de comunicação cotidiano, mas como símbolo da verdadeira intelectualidade. O bom domínio da oratória e retórica eram

características fortemente prestigiadas e tais disciplinas integravam a educação básica grega. Os traços de civilização eram primordialmente reconhecidos em um homem que soubesse se expressar bem em público. (THOMAS, 2005, p. 3-6)

A autora pontua novamente a falta de confiança dos gregos na documentação escrita, que é elemento essencial na composição de processos legais regidos na atualidade, mas que, segundo ela, até a segunda metade do século IV a.C. não era incorporada por si só como prova adequada em circunstâncias jurídicas na Grécia antiga, visto que o conceito atual de assinatura era algo desconhecido, e a utilização de testemunhas e selos eram meios mais comuns de se provar a autenticidade de algo.

Ainda de acordo com Thomas (2005), a maneira de conduzir a política é outro aspecto em que a oralidade é protagonista, visto que a palavra mais próxima para definir a visão que conhecemos hoje de um político era "orador". Os debates eram realizados para o grande público, que escutavam pessoalmente as opiniões e votavam imediatamente a favor ou contra.

Este aspecto específico abre espaço para a discussão de mais um tópico abordado pela autora: a possibilidade de relações entre letramento e poder. Em seus estudos durante sua estadia entre os Nambiquara, o antropólogo Claude Lévi-Strauss chega à uma conclusão severamente rebatida e tida como equivocada entre os historiadores que pesquisam as relações entre oralidade e escrita. Isso porque, em sua obra *Tristes trópicos*, de 1955, o autor aponta a escrita e o incentivo de seu uso como ferramenta substancial para a dominação de povos e a expansão de impérios. Rosalind Thomas (2005, p. 179-180) debate acerca da conclusão do autor de que, ao invés do prometido esclarecimento que resultaria do aprendizado da escrita, a exploração dos seres humanos acabava por ser a verdadeira consequência. Ainda mais diretamente, Lévi-Strauss aponta como função primária da comunicação escrita o favorecimento à escravidão.

A interpretação de Thomas (2005) sobre tais conclusões são de que as teorias que interligam a escrita com o poder apresentam essa relação de maneira excepcionalmente vaga. A autora aponta como primordial outras circunstâncias que exigem do Estado o uso da escrita, e o faz por meio da visão de outro antropólogo, Jack Goody. Esse estudioso expõe a independência conquistada pelas instituições diante do uso da escrita, bem como sua facilitação em aspectos econômicos como

contabilidade e controle de taxas e ampliação no que diz respeito à comunicação a distância.

Essa utilização da escrita como facilitadora burocrática não é presente na antiga civilização grega. Como visto anteriormente, a política é isenta das necessidades do uso da escrita, e a autora acentua que não eram formuladas documentações com o intuito de angariar informações sobre a população de maneira geral. A escrita ser dispensável nesses aspectos abre espaço para a discussão sobre a utilização peculiar da escrita a serviço do Estado grego que a autora inicia a seguir.

A primeira circunstância considerada por Thomas é o fato de que, na pólis grega, os cidadãos e o Estado não eram entidades efetivamente separadas. A segunda remete novamente à falta de aplicação burocrática da escrita, e o argumento para a ausência dessa aplicação acaba por ser semelhante ao argumento utilizado por aqueles que questionam a oralidade como uma fonte segura de transmissão de informações: a desconfiança em torno dos documentos escritos era tremenda pois circulava entre os cidadãos uma consciência coletiva de que documentos poderiam ser adulterados com extrema facilidade.

Diante disso, a autora ressalta que a cidade de Atenas, que desde a década de 460 emitiu uma quantidade considerável de documentos escritos em relação às outras cidades, não coincidentemente em um período em que a cultura da Grécia se encontrava em constante contato com culturas estrangeiras, não os produzia com fins burocráticos. Para antigos intelectuais como Eurípides e Aristóteles, a escrita surge nesse contexto com o propósito de assegurar que as leis, não apenas as dos homens, mas também as chamadas "leis dos deuses", fossem registradas e dessa forma fornecer mais segurança para que a imparcialidade da justiça fosse mantida.

Ainda assim, a autora aponta a Esparta clássica como uma sociedade que no mesmo período conseguia gerir seus interesses perfeitamente com o apoio mínimo da escrita, tendo boa parte de seus documentos históricos relações extraterritoriais, demonstrando que apenas se submetiam a essa forma de registro quando tratando de assuntos fora de Esparta. Em relação ao registro de suas próprias leis, sejam estas dos homens ou dos deuses, os espartanos confiavam mais na utilização de seu próprio sistema educacional pautado na oralidade.

Por serem reconhecidas rivais, Rosalind Thomas aponta que Atenas provavelmente seguia o caminho oposto a Esparta propositalmente ao valorizar a

inserção da escrita em seu modelo de gerência. Seus documentos, porém, não tinham caráter permanente e existiam apenas enquanto fossem necessários, alguns jamais eram minimamente consultados, de forma que, apesar de tentar estabelecer certa diferença ou superioridade quanto à produção de documentos oficiais, Atenas não era verdadeiramente uma cidade resignada aos métodos escritos de registrar informação administrativa.

Por fim, há dois importantes aspectos que envolvem o letramento e a oralidade e que nos introduzem importantes informações sobre o povo da Grécia Antiga. Como exposto por Thomas anteriormente, as informações sobre a vida da população não eram armazenadas de maneira burocrática por meio da escrita, o que não significa efetivamente que as informações não existiam. A autora assinala que a Grécia antiga era uma sociedade que mantinha de maneira muito forte seus laços de convivência, de forma que a constante vigilância entre vizinhos tornava esses conhecimentos comuns, os quais todos sabiam.

Essa cumplicidade e intimidade também envolvia os acordos de quaisquer tipos. A desconfiança, o mesmo sentimento que precavia os cidadãos quanto ao uso da escrita, era, na verdade, o que os movia a apelarem para a formulação de algum documento que servisse de prova adicional de que algum tipo de acordo havia sido estabelecido, visto que isso só era necessário caso a pessoa não compusesse seu círculo e nela não se pudesse estabelecer confiança.

Thomas (2005) destaca que, para uma população que mantém tão estreitos laços de comunidade, a honra pública acaba por ser algo muito prestigiado pelos habitantes da Grécia Antiga. Esse é outro aspecto que envolve o uso da escrita pelos gregos, em especial sua utilização, não pelo Estado, mas por seu próprio povo: seu uso público para expor os valores da cidade. Eram apresentados de maneira expositiva para toda a população tanto registros positivos (listas de benfeitores) quanto negativos (listas de devedores) com o intuito de aperfeiçoar a conduta dos cidadãos.

Ao estudar a oralidade na Grécia, pode-se estabelecer ricas reflexões acerca de suas relações com a escrita ao longo da história. Ainda assim, é um fato que ambas, a oralidade e a escrita, acabaram por receber interpretações errôneas que as tratam como contrárias e em alguns contextos até mesmo como rivais, isso não apenas na antiguidade, mas tratam-se de percepções que perduram até os dias atuais. Mantendo-nos, porém, no estudo histórico, podemos ver que essas conexões

sensíveis entre oralidade e escrita obviamente vão além da Grécia e estão inclusas na trajetória de outras nações.

2.2 As relações entre oralidade e escrita ao longo da história

Como tratado anteriormente, de acordo com Calvet (2011), os conceitos relacionados ao analfabetismo há muito abandonaram sua raiz etimológica, não mais significando o desconhecimento do alfabeto e suas relações, mas assumindo um papel de divisor social entre aqueles que possuem um saber e aqueles que não o possuem, ligando os indivíduos analfabetos imediatamente à estupidez, ignorância e vulgaridade. Da mesma maneira, aponta Thomas (2005), apresentam-se as ligações entre os termos "letrado" e "iletrado" com as noções de níveis educacionais, de refinamento e cultura.

Essas relações são, naturalmente, movidas por caráter elitista, e Calvet (2011) apresenta uma possível relação entre os rumos que tomaram a interpretação desses termos e o surgimento da escrita em si. De início, o autor expõe duas teorias gerais e conhecidas a partir do contexto em que se origina a escrita: a primeira diz respeito ao seu surgimento no campo com propósitos contábeis relacionados à agricultura e o pastoreio na antiga Mesopotâmia. A segunda teoria diz respeito ao surgimento das técnicas de escrita como resolução das necessidades que surgiram diante do fenômeno urbano.

Para Calvet, o surgimento exato e suas contextualizações não são um aspecto tão importante quanto um fato comum que se pode extrair de ambas as teorias: a literatura não está necessariamente ligada à escrita, uma vez que a escrita não foi criada por outros propósitos que não a atender às necessidades práticas, comerciais e burocráticas cotidianas. Diante disso, diversas sociedades, como a própria sociedade da Grécia Antiga abordada anteriormente, faziam um uso da escrita estritamente ligado à trâmites administrativos, enquanto ficava a cargo da oralidade transmitir seus aspectos culturais e literários.

Justamente diante de suas origens burocráticas e econômicas, o autor aponta as conexões da escrita com o poder de maneira geral, relação esta negada por Rosalind Thomas (2005), porém sob diferentes circunstâncias. O letramento foi, a princípio, propriedade exclusiva das classes sociais mais poderosas, chegando ao resto da população de maneira gradativamente lenta. Daí, podemos inferir como funcionaram os desdobramentos sociais relacionados ao assunto, de maneira que

mesmo nos dias atuais, o domínio da escrita é visto como uma habilidade adotada por indivíduos de alguma forma superiores aos que não a possuem, ainda que essa diferenciação se dê de maneira muito menos agressiva e perceptível do que nos tempos antigos graças às atuais e muito bem-vindas políticas de alfabetização. O surgimento da escrita se torna então, para Calvet, dois fenômenos de diferentes naturezas: social, visto que está vinculado ao poder, e cultural, visto que modifica o pensamento de uma ideologia já dominante de forma que usam do letramento para reafirmar suas noções de superioridade.

Ainda assim, o autor pontua um fato que é importante se considerar ao longo de todo este trabalho: diante das ligações da escrita com aspectos como o poder e a colonização, a ela não devem ser atribuídas assimilações supérfluas de maldade e opressão, da mesma forma não devem ser designadas à oralidade características imediatas e ingênuas de benevolência e liberdade.

Rosalind Thomas (2005) expressa opiniões muito semelhantes quanto à prevenção do pensamento de oposição imediata entre escrita e oralidade. Para a autora, é importante lembrar que ambas as vertentes não simbolizam extremos de uma escala, e que na verdade seus papéis nas mais diversas sociedades em que são aplicadas é igualmente diverso e até inconstante. Desta maneira, a oralidade e a escrita não podem ser estudadas como opostas que excluem a presença uma da outra, mas como áreas de estudo conjunto cujas interações devem ser examinadas para a obtenção de um melhor resultado.

Sendo assim, da mesma forma, apesar de enxergar como satisfatória a definição de Maurice Houis acerca das diferenciações entre oralidade e escrita:

“A oralidade é a propriedade de uma comunicação realizada sobre a base privilegiada de uma percepção auditiva da mensagem. A escrituralidade é a propriedade de uma comunicação realizada sobre a base privilegiada de uma percepção visual da imagem” (HOUIS, 1980, p. 12)

Calvet (2011), todavia, recapitula a necessidade de se evitar deduzir que uma sociedade que utilize prioritariamente a oralidade como domínio linguístico exclua de seus costumes a utilização de qualquer tipo de “escrituralidade”.

Já tendo abordado as condições prováveis que impulsionam o surgimento da escrita, abre-se espaço para tratar do contexto em que se possibilitou a origem da

própria oralidade como principal sistemática de transmissão de informações, que, conforme já introduzido anteriormente, e de acordo com Shikida (2006), coincide com a própria conjuntura de formação de sociedades, uma vez que era por meio de narrativas orais que toda forma de saber era construída e passada adiante antes da invenção e disseminação da escrita. Nessas circunstâncias, a fala se torna o único artifício disponível para manter vivas as tradições e experiências de uma comunidade.

Para Barbosa de Sá (2017), o estopim que levou ao surgimento da oralidade é justamente a necessidade humana de se comunicar, sendo essa pretensão o próprio ponto de partida para o desenvolvimento de tecnologias que viriam a auxiliar os indivíduos em suas trocas de informações, sendo a palavra oral, a fala, a maior dessas tecnologias responsáveis por reproduzir e compartilhar o que se passava no pensamento humano:

“A partir desse movimento cíclico dos elementos que constituem a comunicação, gerando o diálogo, a oralidade se perpetuou. Os grupos aos quais os homens pertenciam criaram símbolos capazes de ser entendidos por todos, gerando a fala (além de outras formas de expressão), que de modo automático foi sendo memorizada e seu conteúdo passado por gerações, dando início às sociedades orais” (BARBOSA DE SÁ, 2017, p. 51)

Estudando mais a fundo o processo de transmissão de mensagens por meio da fala, a autora enfatiza quatro elementos essenciais para a efetivação dessa comunicação: o indivíduo responsável por transmitir a mensagem (transmissor), o que recebe a mensagem (receptor), a mensagem em si e o meio (canal) pelo qual foi transmitida.

É diante desses componentes que se estabelece seu argumento seguinte. A oralidade surge como um instrumento para a comunicação superficial, mas se desenvolve de maneira que o ser humano não apenas externaliza experiências imediatas, mas se une aos outros indivíduos de sua sociedade por meio de aprendizados adquiridos por via da oralidade, compartilha suas vivências e tradições. O homem é modificado e ao mesmo tempo modifica o contexto em que está inserido, e isso se liga aos elementos essenciais, pois a voz é o instrumento central que possibilita o estabelecimento de uma interação entre pessoas, mas os

propósitos desta ação, sejam informacionais, emocionais, culturais, só se tornam efetivos diante da compreensão ou ao menos mera percepção do que está sendo transmitido por parte do receptor. A autora se utiliza de um pensamento exposto por Medeiros (2007) para adicionar ao seu argumento:

“[...] uma das características fundamentais da oralidade está ligada a seu caráter de exterioridade e de vivência coletiva. “Palavras ditas ao vento” são inúteis, ensina a sabedoria popular, já que a voz que ressoa precisa ser ouvida para cumprir seu destino. Assim sendo, uma cultura marcada pela oralidade é também uma cultura que preza a experiência coletiva, enquanto que a escrita tende a criar uma situação de maior isolamento entre os indivíduos“ (MEDEIROS, 2017, p.2)

A autora ressalta a oralidade como sustentáculo para a realização de diversas manifestações de natureza artística e culturais capazes de representar as memórias de um povo. Diante desse fato, pode-se discutir uma característica atribuída à oralidade levantada por Zumthor (1993): a performance. De volta ao estudo dos gregos e sua relação com a oralidade, é sempre importante ressaltar suas fortes ligações com a poesia e as canções. Barbosa de Sá (2017) destaca que essa maneira de se expressar exigia dos gregos não apenas habilidades de memorização de cantos e imensos poemas, mas a habilidade de igual importância de se adaptar e performar essas histórias ao público. O conceito de performance atribuído a oralidade une as habilidades de memorização e externalização de memórias com sua influência no corpo do emissor, em aspectos como entonação da voz e a movimentação de seu corpo.

Por sua ligação com as vivências dos indivíduos que compõem uma sociedade, os estudos da oralidade então intimamente ligados aos estudos sobre memória. O fato de depender das lembranças desses indivíduos é um dos principais argumentos apresentados contra a utilização da oralidade como uma fonte de informação segura, ainda que o constante uso da escrita no contexto acadêmico e informacional nos tenha cegado para um fato já muito apontado pelos gregos, lembrando, justamente como explicação para suas hostilidades quanto à escrita: esta pode ser igualmente adulterada e mal interpretada quando não bem estudadas e averiguadas suas origens.

Apesar disso, o que deve ser analisado aqui não seria a possibilidade de que a oralidade seria capaz de transmitir uma verdade da mesma maneira como foi inicialmente presenciada ou transmitida, como muitos acreditam erroneamente ser uma característica irrevogável da escrita, pois é fato que a alteração de pedaços é um conhecido atributo da oralidade, e é sobre essa realidade que debate Barbosa de Sá (2017) ao citar as percepções de Paul Zumthor (1997) acerca da expressão “movência”, cunhada pelo próprio autor para explicar a maneira como essa volatilidade é na verdade um fator essencial para a composição da oralidade em si.

De acordo com a interpretação de Barbosa de Sá (2017), o conceito de movência diz respeito à natureza cambiante das narrativas transmitidas no universo oral, que, ao dependerem da memória do transmissor, do receptor, e ao sofrer influências externas como as do ambiente em que ambos estão inseridos, naturalmente incluem grandes ou imperceptíveis modificações de um relato por quem o está reproduzindo, visto que, no ato de narrar uma informação, o indivíduo pode não apenas omitir pedaços que lhe falhem a memória mas também recorrer a alternativa de utilizar sinônimos ou conceitos que para ele venham a ser semelhantes aos que lhe foram transmitidos ou mesmo adicionar doses de opiniões pessoais acerca do assunto abordado.

Essa característica da oralidade pode ser enxergada por alguns como um aspecto negativo, como o historiador Henri Davenson, apontado pela autora como defensor da escrita como fonte primordial, e que, para defender seu ponto de vista, afirma que os relatos de transmissão oral estão sujeitos a alterações e irregularidades de caráter negativo por dependerem exclusivamente da memória dos seres humanos. O que se deve levar em conta é que, na verdade, essa mutabilidade compõe um diferencial positivo sobre a informação que se deseja obter por meio de narrativas orais. Para alguns estudos que dependam da informação oral para sua realização, a movência, a humanidade atribuída à informação compartilhada é justamente o que se busca estudar.

A interpretação realizada pela autora acerca dos estudos de Calvet (2010) levanta importantes observações acerca do conceito de movência. O fato de apresentar aspectos irregulares ou divergir em certos pontos não muda o fato de que as narrativas orais sobre uma memória coletiva específica sigam todas para o mesmo objetivo final, sendo esses aspectos volúveis fruto de uma alternativa

utilizada para dar continuidade em um relato, e compõem o conceito de performance já abordado anteriormente: a improvisação.

A improvisação é apontada por Barbosa de Sá (2017) como uma característica que se relaciona com o conceito de memorização, porém ao mesmo tempo lhe causa divergência, uma vez que a memória sugere o armazenamento e externalização de um conhecimento pré-estabelecido, enquanto o improvisado é dinâmico e individual. Ainda que possuam definições ambíguas, o improvisado e a memorização se relacionam exatamente no ato de narrar, sendo o primeiro uma alternativa para os lapsos de memória e uma saída para que o narrador busque relembrar pedaços de uma história.

A autora aponta ainda que essas características singulares são extremamente valiosas para certos estudos, pois o conhecimento transmitido por narrativas orais é ajustável, apresenta pontos de vista e requer interações e contribuições entre o emissor e o receptor. A escrita se apresenta nesse contexto como uma forma de registro individual e pouco contestável, sem adições por parte do receptor ao qual cabe o papel apenas de rejeitar ou aceitar a informação que lhe está sendo fornecida. A expansão da escrita não interfere apenas nesse aspecto. A autora pontua a inferiorização da oralidade já debatida anteriormente, que, a partir desse momento, passa a ser atribuída como fonte de inspiração para estudos escritos, e não como área de estudo por si só. De acordo com ela, as noções que possuímos acerca da intelectualidade e conhecimento são oriundas da visão europeia, que se baseia na escrita e que se difundiu pelo mundo ocidental. É também a partir dessa influência que surgem as concepções de culto e não culto, visto que, segundo Barbosa de Sá (2017, apud Lemaire, 1994), na Europa, as separações entre o estudo da literatura e da escrita e o estudo das tradições orais concentrou as pesquisas de escrita nas instituições de ensino superior e delegou aos folcloristas o estudo da oralidade, sendo que estes últimos, geralmente, não eram admitidos como professores universitários.

Para a autora, esse conceito de movência explica não apenas o motivo pelo qual a oralidade é tida como um recurso informacional marginalizado, mas também justifica a escassez de registros físicos que apresentem essas informações, uma vez que, para alguns indivíduos, a excepcionalidade da oralidade é um princípio imprescindível, que considera toda a carga do transmissor que carrega a mensagem, havendo prejuízos à informação que está sendo transmitida caso seja

externalizada fisicamente, característica esta também presente na antiga Grécia, como apresentado anteriormente..

Podendo se estabelecer uma relação entre as visões que desenvolvemos como sociedade acerca dos termos letrado e iletrado e a marginalização da oralidade como fonte, fica evidente que as narrativas orais, por não se encaixarem na essencialidade de conexão estabelecida entre o intelectual e a escrita, é imediatamente associada à ignorância e afastada dos ideais gerais de erudição.

De acordo com a autora, essa associação irá se perdurar enquanto a literatura continuar vinculada unicamente à um contexto escrito e acadêmico, disseminado e moldado pelas elites intelectuais, que, ao registrarem em documentos suas percepções sobre assuntos, acabam por criar uma única visão ou verdade absoluta sobre uma área de estudo, visto que, quando comparadas com argumentos orais, irão se sobressair simplesmente pelo fato de se tratarem de ideias escritas.

Outra assimilação percebida como contribuinte para essa visão é a escassez de estudos sobre a historicidade da oralidade e suas transições para a escrita, o que acaba por colaborar para uma visão escriptocêntrica e imediata associação da oralidade apenas como pertencente a classe de estudos relacionados à cultura popular e ao folclore, conseqüente e erroneamente julgados como áreas inferiores no âmbito acadêmico.

A inferiorização das narrativas orais e estudos relacionados não marginalizam apenas o canal de transmissão de informações, mas evidentemente favorecem a perpetuação de um lado da história, novamente pendendo para a perspectiva aristocrática e silenciando os grupos minoritários. Apesar de todos os empecilhos, podemos concordar com a perspectiva de Shikida (2006, p.34): “Ainda que determinado grupo faça prevalecer a “sua memória”, a outra memória sucumbida subsiste. O desdobramento social deste conhecimento propagado ecoará pelos tempos incólume a qualquer força em sentido contrário.”

2.3 Sociedades de tradição oral

Em seu livro *Tradição oral e tradição escrita*, Calvet (2011, p. 11) pontua que apesar de parecerem termos definitivos e completamente opostos, ambas as denominações representam, na verdade, apenas o que ele se refere como “os extremos de um leque de possibilidades”. Sendo assim, são apresentados quatro

tipos de sociedade e seus respectivos níveis de interação com a oralidade e a escrita:

1. Sociedades de tradição escrita antiga onde a língua aplicada na escrita é a mesma língua utilizada na comunicação oral cotidiana, exemplificada pelas sociedades europeias com níveis baixos de analfabetismo;
2. Sociedades de tradição escrita antiga onde, de maneira contrária à anterior, a língua escrita se difere por completo da língua utilizada na comunicação oral cotidiana, exemplificadas por alguns países árabes onde se escreve o árabe clássico e se verbaliza o árabe dialetal. Nessas sociedades, o nível de analfabetismo é maior.
3. Sociedades nas quais a utilização do alfabeto é uma prática recente, em geral introduzida por uma língua diferente da utilizada pela população local. Esse tipo de interação com o alfabeto é típico de países da América Latina e africanos, frutos de sistemas coloniais, sendo sua pictorialidade (seu alfabeto) fruto de uma herança cultural colonial. O objetivo da introdução da escrita nessas sociedades está principalmente ligado ao poder e às intenções de destruição de tradições anteriores.
4. Sociedades de tradição oral – onde se torna essencial frisar – não devem de maneira alguma serem atribuídas inexistências de pictorialidade, pois, mesmo nos casos em que suas tradições gráficas difiram das noções alfabéticas de representar a oralidade, a fala, estão presentes nas escafições, tatuagens, decorações de cerâmicas e similares e na confecção de padrões em tecidos.

Diante dessas possibilidades de desenvolvimento entre sociedade e linguagens, o autor enfatiza o estudo das sociedades de tradição oral, buscando investigar como trataram de sanar necessidades informacionais que, de acordo com o autor, foram parcialmente sanadas pelas sociedades escritas por meio dos esforços de escribas e bibliotecas: como preservar a memória de sociedades de forma que essas informações ultrapassem as limitações impostas pelo espaço e pelo tempo, ou seja, como garantir que o passado se conserve no futuro? E, uma vez sanada essa questão, como decidir o que conservar, como conservar, como transmitir ou com quem compartilhar essas informações?

Acerca dessas preocupações, Rosalind Thomas (2005) pontua que uma das principais questões envolvendo a transmissão de informações por meio da oralidade é, de fato, sua característica cambiável, por estar fundamentalmente conectada à

memória dos próprios homens, de forma que, para garantir que sejam cuidadosamente preservadas, essas informações devem ser submetidas a técnicas que assegurem certo nível de regularidade.

A autora ressalta que as ligações entre o que está sendo transmitido e seu significado para o povo que transmite certa informação é uma essencialidade, pois informação alguma é mantida na memória de uma sociedade de maneira aleatória: os indivíduos escolhem e têm consciência do que irão passar para frente e de que maneira. Tendo isso em vista, a autora ressalta que, por dependerem da memória e da importância que um povo dá a alguma tradição, estas podem ser alteradas por razões de cunho político, social, religioso ou ideológico. Da mesma forma, alguns aspectos que compõem uma cultura podem ser mais valorizados que outros, por isso terão sua memória priorizada:

“O processo de seleção e de mudança é um complexo entrelaçamento de fatores sociais, políticos e, presumivelmente, psicológicos. Por exemplo, se uma sociedade dá grande importância à posse e a identidade dos ancestrais míticos, a memória e as tradições tentarão registrar esses ancestrais e o prestígio a eles atribuído exercerá pressão consciente ou inconsciente sobre aqueles que transmitem a tradição.”

(THOMAS, 2005, p.152-153)

Sobre as fortes relações que o texto da tradição oral mantém com os conceitos de cultura e ideologia de um povo, Calvet (2011) afirma que estes conceitos acabam por influenciar boa parte de suas características gerais, entre elas suas noções de espaço, tempo e verdade histórica.

De acordo com o autor, as sociedades de tradição oral possuem um sistema próprio de assimilação do espaço-tempo, em sua maioria usando do próprio corpo como medida, uma alternativa coerente vinda de civilizações cuja relação com os corpos dos indivíduos era tão profunda, que neles eram depositados as memórias do mundo.

O conhecimento que se pode tirar diante das informações fornecidas sobre noções temporais e verdades históricas pode divergir de acordo com a área de estudo do pesquisador. O conceito de verdade histórica, por exemplo, alcançada por meio da comparação de diversos relatos sobre um mesmo evento, são de maior interesse de historiadores, enquanto para os etnólogos, por exemplo, faz mais

sentido o estudo de uma coerência interna, a tentativa de enxergar as vertentes ideológicas e culturais que podem levar um membro de uma sociedade, que ao contar uma história que pode jamais ter presenciado, a transformar a informação e adicionar a ela segundo suas próprias crenças e dogmas.

Quando deparado com tais características versáteis, o autor ressalta que os argumentos utilizados por aqueles historiadores contrários ao uso das tradições orais convergem todos para o mesmo desfecho, que seria a desconfiança quanto ao uso da oralidade como fonte sob diversos pretextos: as possibilidades de uma representação espaço-temporal confusa, as deformidades ao conteúdo inicial causadas pelas contribuições dos contadores e, ainda, a defesa de que as tradições orais possam ser utilizadas apenas como fonte de eventos muito recentes, não podendo representar uma história que remeta ao passado remoto.

Calvet (2011) pontua, porém, que, mesmo diante desses empecilhos, pode haver momentos em que o historiador se encontrará frente a uma dúvida em que irá dispor apenas de fontes derivadas da tradição oral para saná-las. O exemplo utilizado pelo autor ilustra bem essa condição. O historiador francês Yves Person, em 1968, apresenta sua tese baseada na luta de Samori Touré, guerreiro mandinga com um forte histórico de resistência contra a ocupação francesa da África Ocidental. Apesar de possuir uma boa gama de materiais escritos, o autor acrescentou à bibliografia de seu trabalho 861 informantes de tradição oral.

Calvet (2011) ressalta que as fontes escritas são menos numerosas conforme se aprofunda no tempo, e, quando posto diante de tal desafio, o historiador deve abrir mão da primordialidade da escrita e não abstrair todas as preocupações relativas ao uso da oralidade como fonte para o estudo da história apontadas anteriormente, mas estudar um método que una suas necessidades informacionais às características da tradição oral, uma técnica que lhe dê mais segurança quanto à utilização dessas informações.

Uma técnica apresentada pelo autor foi desenvolvida pelo historiador belga e autor do livro *Oral tradition as history*, Jan Vansina, e diz respeito justamente à utilização da tradição oral como referência no âmbito da história. De acordo com o autor, essas regras não diferem muito das regras que já devem ser atribuídas na checagem das próprias fontes escritas. Sendo assim, Vansina ressalta como necessário que se averigüe a origem do indivíduo que apresenta um relato, bem como a realização de uma análise comparativa entre os diversos relatos que

compõem uma cadeia de transmissão, colhendo e examinando também quaisquer irregularidades que possam surgir.

Calvet (2011) também aponta a importância da conexão com os trabalhos realizados por outras áreas de estudo para auxiliar na averiguação dessas fontes orais. A arqueologia é uma das ciências citadas pelo autor, pois a confirmação da existência de certos vestígios arqueológicos pode corroborar os relatos das testemunhas. Da mesma forma, a não comprovação desses vestígios pode ser um alerta, pois as possibilidades não são nulas de que explicações não verdadeiras apareçam na tradição oral para tentar explicar a existência de algum vestígio.

Os estudiosos da língua e suas conjunturas também são apontados como possíveis auxiliares nessa busca pela verdade, uma vez que o estudo da linguística permite não apenas o conhecimento acerca da história da língua de certo povo, mas a jornada de conexões com outros povos, origem geográfica e histórico migratório desse mesmo povo, que iriam compor mais uma gama de informações para a verificação de seus relatos.

O autor também acha importante salientar que a utilização dessas ciências não irá confirmar e tornar o relato das testemunhas verdadeiro, porém, diante da circunstância em que alguns historiadores se encontram, em que a oralidade é sua única fonte de informação disponível, irá possibilitar um melhor manuseio das informações colhidas.

Por fim, Calvet (2011) enfatiza que os testemunhos orais podem compor material a mais para o estudo da história e que apenas um menosprezo soberano com fundo eurocentrista faria crer uma diferença tão palpável entre dois meios de informações que precisam ser colocados sob lanternas semelhantes para que seja atestada sua veracidade e segurança como fonte informacional.

Essa declaração abre espaço para outra discussão que remete a um dos tipos de sociedade apresentados anteriormente: as sociedades de tradição oral cuja prática da escrita não emergiu de maneira natural, mas por meio da imposição de outro povo de língua alternativa. Essa relação com a escrita é apontada por Calvet (2011) como fundamental no estudo da relação de um povo com a escrita, visto que quando originada de maneira natural, surge diante do propósito de se sanar uma necessidade e se desenvolve gradualmente dentro de uma sociedade, enquanto, quando imposta, por meio do sistema colonial por exemplo, não possui

características ligadas à necessidade, e sim às relações de poder e dominação, fortemente conectadas com os ideais do que é inferior ou superior em um povo.

O autor destaca que a história das relações entre os povos de tradição escrita e os de tradição oral sempre acabam por possuir um sentimento de superioridade por parte dos primeiros. Para isso, usa um trecho de Jean Jacques Rousseau (1817) em *Ensaio sobre a origem das línguas*, muito utilizado para exemplificar essa relação:

“Essas três maneiras de escrever correspondem muito exatamente aos três estados diversos sob os quais se podem considerar os homens reunidos em nação. A pintura dos objetos convém aos povos selvagens; os signos de palavras e das proposições aos povos bárbaros; e o alfabeto aos povos organizados.” (ROUSSEAU, 1817, p. 508)

Pontua, ainda, que os países que sofreram o sistema colonial tiveram, entre as diversas violências que lhe foram aplicadas, a imposição da língua dos colonizadores. Essa língua era a única transmitida por meio da escrita, o que resulta no desprezo e invisibilização das línguas originais. Algo que Calvet acha importante frisar, por fim, é que todas essas conclusões não são feitas com o intuito de causar críticas aos processos de alfabetização atuais ou influenciar uma visão já antes alertada aqui como errônea: de que a escrita é algo de significado negativo e perverso. O estudo dessas relações procura na verdade expor as consequências da introdução da escrita de maneira forçada em uma sociedade que já possuía suas próprias formas de sanar necessidades informacionais.

3 RELAÇÕES ENTRE A ORALIDADE, A MEMÓRIA E A BIBLIOTECONOMIA

3.1 Contextualizando a memória historicamente

Antes de estabelecer relações que nos façam entender as conexões entre oralidade e memória aplicadas ao âmbito da biblioteca, torna-se necessário contextualizar melhor acerca das concepções sobre memória, uma vez que a oralidade e seu processo de marginalização já foram debatidos no capítulo anterior.

Ao analisar as definições fornecidas pelo dicionário online Michaelis, podemos ver o porquê de ser necessária a apresentação de conceitos que ilustrem melhor de que memória estamos falando neste trabalho, visto que se trata de uma

palavra de sentido amplo, englobando diversas áreas do conhecimento. Suas interpretações viajam desde definições psicológicas e fisiológicas que relacionam o conceito de memória à uma “Função psíquica de um indivíduo de reproduzir um estado de consciência passado e reconhecê-lo como tal”, ou “Termo geral para denominar a função do sistema nervoso com a capacidade de reconhecer, evocar, reter e fixar as experiências passadas” até significados que remetem ao âmbito tecnológico e digital, como “Conjunto de *chips* num computador para armazenar dados e programas.”

Os conceitos que abordaremos aqui compõem campos como o da História, Antropologia Ciências sociais, além da Ciência da informação, em especial a Biblioteconomia, portanto, as definições apresentadas pelo Michaelis (2023) que mais podem nos acrescentar seriam:

1. “Faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente.”
2. O produto de experiências passadas que permanece no espírito e serve de lembrança; lembranças, reminiscências, recordações.
3. Relato oral ou escrito de algum acontecimento; narração.

Apesar da imensidade que este termo abrange, podemos concordar com Silva (2018) no fato de que a palavra memória de alguma maneira ocupa um lugar comum que remete ao ato de recordar informações, sentimentos, acontecimentos. Para a autora, porém, torna-se importante pontuar que a memória não se trata de um elemento estritamente ligado ao passado, mas também fortemente conectado ao presente, uma vez que as memórias de um povo moldam as identidades e integram os indivíduos que a compõem como algo além de meros componentes, mas como membros que acrescentam também sua parte em uma cadeia de informações, a memória, que não funciona de maneira unilateral, sendo apenas recebida por aqueles que se encontram no tempo presente, mas também transformada por aqueles que a recebem.

Silva (2018) pontua que as possibilidades de estudo da memória como algo coletivo e social, além das percepções psicológicas antes tidas como prioritárias no estudo da memória, foram inauguradas pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Até a apresentação de suas ideias, a memória era estudada mais como uma concepção psíquica cognitiva de cunho individual, muito relacionada, por exemplo, à

memória-hábito, fortemente relacionada à prática de atos repetitivos. Essa memória é assimilada pelo corpo, transformando alguns aprendizados em ações automáticas, que não possuem realmente uma noção de origem ou esforço para relembrar, como o processo de andar de bicicleta. Também se incluíam os estudos sobre a chamada memória-pura, lembranças e ensinamentos que não dependem da repetição, e são muitas vezes acionados por caráter sentimental, seja por escolha ou gatilho imposto ao indivíduo. Le Goff (2003) também define a memória como algo que a princípio se relaciona com o conceito de psíquico por remeter às capacidades de um indivíduo de acessar informações de um passado familiar.

Silva (2018) pontua que Halbwachs direciona os estudos da memória para algo mais relacionado à interação constante de indivíduos que compõem uma sociedade, sendo a memória uma parte desse processo de socialização. Para este autor, o ser humano, como ser fundamentalmente social, não pode basear suas memórias como à parte dessa estrutura de que faz parte, uma vez que nossas lembranças de maneira geral, mesmo aquelas que acreditamos ser individuais e íntimas, e que de fato existem, são dificilmente isentas por completo de ligações e influências de interações com os outros membros de uma comunidade.

Silva (2018) disserta sobre o entendimento de Halbwachs acerca das diferenciações entre memória e história. De acordo com ela, para este autor, a história estuda em especial os acontecimentos do passado sob um caráter científico, com o objetivo de estudar os acontecimentos de maneira cronológica, enquanto a memória, apesar de remeter à recordações de aprendizados e fatos passados, possui sempre um vínculo de igual importância com o presente.

Le Goff (2003) possui um extenso trabalho que também aborda as comparações entre história e memória. Para Le Goff, o estudo da memória social é um aditivo importante para o estudo da história e das passagens de tempo. Esse autor levanta uma necessidade de pesquisa já antes apontada no estudo da oralidade por Calvet (2011): o estudo da memória em sociedades prioritariamente escritas e o estudo em sociedades prioritariamente orais; além de tudo isso, a investigação da maneira como a memória se altera e se porta diante a inserção de novos aparatos que envolvam suas transmissões, como o surgimento da escrita ou da informática. Dessa forma, procura dividir suas análises em cinco etapas de estudo a partir das definições de memória levantadas por Leroi-Gourhan: a memória específica, apontada como aquela típica do comportamento fixo de espécies

animais, a memória étnica, que abrange a repetição de comportamentos nos seres humanos componentes de uma sociedade; e a memória artificial que possui definição semelhante, com o diferencial de que seu sentido se aplica ao meio contemporâneo, modificado pela presença de eletrônicos que transmitem essas memórias de maneira mecânica sem recorrer ao instinto ou reflexões.

Uma vez tendo essas noções de memória pontuadas, as cinco etapas do estudo da memória levantadas por Le Goff (2003) de maneira sucinta, são:

1. A memória étnica aplicada pelos povos sem escrita.

Le Goff contraria Leroi-Gourhan em sua atribuição da memória étnica em se tratando de qualquer sociedade. Para o autor, é preferível reservar as características étnicas da memória às transmissões pautadas na oralidade, ressaltando-se que não se trata de transmissões exclusivas das sociedades orais, mas que também estão inseridas nas sociedades escritas, uma vez que a assimilação de memórias por intermédio da convivência cotidiana é presente em ambas as sociedades.

Le Goff (2003), em verdade, possui uma visão diferenciada sobre a maneira como alguns autores evidenciam a relação entre oralidade e escrita. O autor discorda tanto das abordagens que as diferenciam de maneira absoluta e com traços de superioridade, quanto aquelas que afirmam que não há diferenças, apontando a plena capacidade de ambas. Para Le Goff, a oralidade e a escrita se diferem, mas não tão plenamente.

O autor pontua a responsabilidade assumida por pessoas que seriam como a personificação da memória da sociedade, homens-memória, genealogistas e historiadores, que representavam culturas que cediam pouquíssima importância à reprodução palavra-por-palavra dos acontecimentos, utilizando poucas ou nenhuma das chamadas mnemotécnicas (técnicas de memorização). Essas sociedades sem escrita, portanto, com exceção daquelas que utilizavam, por exemplo, o canto, como auxiliador na prática da memória, não possuíam tantas preocupações quanto à reprodução exata como a escrita viria a se preocupar a seguir, dando aos indivíduos das sociedades orais mais liberdade criativa dentro de sua própria cultura.

2. O desenvolvimento da memória por meio de suas transições da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade.

Para Le Goff (2003) as sociedades sem escrita baseiam seus interesses diante de três questões: o mito de origem de uma comunidade e conseqüentemente a idade de seu povo, a autoridade das casas mais prestigiadas, e seus saberes técnicos que possuíam fortes ligações com a religiosidade. A memória coletiva nas sociedades escritas, por sua vez, na visão do autor, não é representada apenas pelo surgimento da escrita, mas também por meio da comemoração usando como via a construção de monumentos celebrativos.

Já foram apresentados aqui os argumentos que norteiam as possibilidades de surgimento da escrita diante do aparecimento de necessidades que precisavam ser sanadas. Silva (2018) ressalta, que para Le Goff (2003), seu surgimento na antiga Mesopotâmia, Egito e China ocorre diante de necessidades específicas como o registro de dados, datas, sua utilização no comércio, e aqui, em especial, o registro da memória dos reis. A autora aponta que é diante da formulação desses registros escritos, inclusive, que surgem as primeiras noções de espaços de guarda e preservação de memórias registradas, como as bibliotecas e os museus.

3. A memória medieval no Ocidente.

Esta etapa é apontada por Le Goff (2003) como principalmente pautada pelo cristianismo e sua influência dominante nesse período da história, mas em destaque, a aplicação dessa dominância por todo o âmbito intelectual. As características da memória assumem então um rumo prioritariamente cristão, com pouco destaque às memórias laicas que não possuíam tanto poder de voz nessa fase.

Le Goff (2003) pontua uma relação especial entre o judaico-cristianismo medieval e o conceito de memória, uma vez que o ato de recordar compõe uma importante parte de ambas as vertentes religiosas que impõem como tarefa religiosa imprescindível um conhecimento derivado de livros sagrados e tradições. O autor apresenta como manifestação clara da memória cristã as celebrações que giram em torno das jornadas de Jesus Cristo ao longo do ano, tais como a Quaresma e o Natal, mas ressalta também as relações de memória à nível popular que circulavam

em torno das conexões dos cristãos com seus mortos, constantemente lembrados por meio de orações após suas partidas. Ainda diante dessa relação com a morte, um pouco mais atrelada à noção de martírio, encaixam-se também as relações com os santos e suas respectivas celebrações, geralmente ocorridas na ocasião de seus aniversários de morte.

Outra poderosa ilustração da importância da memória neste contexto está na atribuição do esquecimento como punição suprema em vida. Le Goff lembra os atos de excomunicação:

“Ao lado do esquecimento havia por vezes, para os indignos, a irradiação dos livros de memória. A excomunhão, nomeadamente, arrastava essa *damnatio memoriae* cristã. De um excomungado, o sínodo de Reisbach em 798 declara: "Que depois da sua morte não seja nada escrito em sua memória"; e o sínodo de Elne, em 1027, decreta a propósito de outros condenados: "E que os seus nomes não estejam mais no altar sagrado entre os dos fiéis mortos"” (LE GOFF, 2003, p. 449)

4. Os progressos da memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias.

As evoluções vinculadas a esse período têm seu cerne na invenção da imprensa. Le Goff (2003) aponta que, segundo Leroi-Gourhan, apenas a partir da imprensa as divergências entre transmissão oral e escrita realmente se tornam nítidas. Este tipo de produção em massa possibilita o acesso a diversos conteúdos e dispensa algumas características decorativas atribuídas ao manuscrito, disponibilizando textos inéditos mais frequentemente aos indivíduos, transformando a escrita no principal difusor da memória coletiva. É a chamada “Memória em expansão”.

Um ponto interessante levantado por Le Goff (2003) é o fato de que a imprensa forneceu aos vivos técnicas de preservação e compartilhamento de memórias nunca antes vistas, mas afastou deles uma relação antes tida como essencial, no caso suas conexões com a memória dos mortos:

“Do final do século XVII até o fim do século XVIII, assim como na França de Philippe Ariès e de Michel Vovelle, a comemoração dos mortos entra em declínio. Os túmulos, incluindo os dos reis, tornam-se muito simples. As sepulturas são abandonadas à natureza e os cemitérios desertos e mal cuidados. O francês Pierre Muret nas suas *Cérémonies funèbres de toutes les nations* [1675] acha particularmente chocante o esquecimento dos mortos na Inglaterra e o atribui ao protestantismo: "Antigamente lembrava-se, em

cada ano, a memória dos defuntos. Hoje não se fala mais deles, pois que isso poderia parecer papismo". Michel Vovelle [1974] julga descobrir que se quer, na Idade das Luzes, 'eliminar a morte'."

(LE GOFF, 2003, p. 462-463)

É com a Revolução Francesa que o falecido prestígio à memória dos mortos retorna, bem como as celebrações com o intuito de "recordar", que, uma vez revividas, manteriam presentes os sentimentos revolucionários. Com a passagem da Primeira Guerra Mundial, o culto aos mortos por meio de monumentos ganha uma proporção diferente, e a fotografia ganha origem como um ato revolucionário no campo do registro das memórias, fornecendo um inovador suporte visual da verdade.

5. Os desenvolvimentos contemporâneos da memória.

Esta etapa contemporânea é representada especialmente pelo período pós Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de diversos aparatos eletrônicos que adicionam ao campo da memória a faculdade dos cálculos e contribuem para um aumento massivo da quantidade de informações de maneira geral.

Os computadores trazem um novo significado à memória, pois introduzem no cotidiano dos humanos a maneira mais estável e prolongada de se preservar memórias e informações. Le Goff (2003) pontua, entretanto, que, apesar da instabilidade da memória humana, especialmente quando comparada à memória eletrônica, é importante lembrar a imensa carga de memórias "não-informatizáveis" e a dependência que esses meios eletrônicos possuem da própria atividade humana, que, assim como em todas as formas de memória automática, compõe uma essencialidade para que estas se desenvolvam.

Tendo em vista a opinião de Le Goff (2003) acerca da dependência de qualquer forma de memória automática da própria atividade humana, conclui-se tratar-se das máquinas particularmente como meios auxiliares da preservação da memória. Entretanto, Silva (2018), por meio da análise do trabalho de Candau (2016), levanta questionamentos quanto ao auxílio da informática se tratar de algo que auxilia ou prejudica a memória dos homens. A autora debate sobre a possibilidade de o aumento de memórias eletrônicas serem, não apenas a razão pela qual as memórias coletivas se tornam escassas, mas também a razão pela qual

os indivíduos enfrentam um desconhecimento e respectiva crise acerca de suas identidades.

Também é levantada a pauta acerca do grande interesse e pesquisa da memória atualmente, bem como a importância dada aos lugares e monumentos que remetem à memória, como forma de tentar alcançar uma ancestralidade, antes impulsionada pela tradição, pelos rituais, entre outras práticas, que já não são frequentes em nosso cotidiano. É acentuado, porém, que supor que essas memórias não existem é um ato errôneo, e que o correto a se fazer seria analisar, em verdade, as transformações pelas quais passou a memória e procurar estudá-la da maneira como se apresenta na contemporaneidade, sem usar como parâmetros irrevogáveis a forma como funcionou no passado. As memórias compartilhadas entre os indivíduos persistem.

Voltando ao conceito de memória coletiva, a autora ressalta as memórias compartilhadas como um recurso a ser utilizado para melhor compor as memórias individuais, que, por sua vez, são mais difíceis de serem lembradas com clareza, pois não contam com o suporte das lembranças dos outros. A memória coletiva seria composta então por diversas memórias individuais, que atuariam mais como um ponto de vista de um evento geral do que uma memória, de fato, individual.

Silva (2018) usa da percepção de Candau (2016) para especificar algumas características da memória coletiva. De acordo com os autores, nem todas as memórias grupais podem, obrigatoriamente, compor uma memória coletiva. Esse conceito seria aplicado, apenas, às memórias que possuem um denominador comum umas com as outras, a uma experiência de fato compartilhada entre os indivíduos que compõem uma comunidade, de forma que seus relatos caminhem para o mesmo rumo. Uma vez falando sobre a comunidade, para Candau (2016), esse parece ser um aspecto cada vez mais essencial para a composição dessas memórias coletivas, dificilmente sendo bem desenvolvidas em um círculo muito amplo e heterogêneo, onde os componentes desconhecem a realidade uns dos outros.

Quanto a essa essencialidade de um senso de comunidade, também concorda Le Goff (2003), que acredita que o conceito de memória coletiva se aplica mais às sociedades de tradição oral, diante do fato de que as sociedades escritas confiam mais aos suportes não humanos a guarda de suas memórias, aproximando-se mais do que ele chama de “adjetivação social”.

Relembrando um debate já iniciado nas discussões acerca das origens e interações entre oralidade e escrita, é importante ressaltar que seja a memória coletiva oral ou registrada, os mecanismos de registro da memória não podem ser enxergados de maneira negativa, como se prejudicassem integralmente as memórias humanas. O próprio Le Goff (2003), apesar de suas opiniões acerca da transferência das memórias humanas para o papel e consequente materialização destas memórias, reconhece a escrita e os mecanismos que surgiram posteriormente como meios que possibilitam uma maior transmissão e socialização das memórias. Silva (2018) apresenta outras diversas interpretações acerca da escrita e da informática como recursos que auxiliam na preservação e recuperação de memórias, e até mesmo como consequência de uma necessidade natural do ser humano de exteriorizar suas memórias como faz desde sua origem, por exemplo, por meio de pinturas e gravuras. A autora aponta ainda as barreiras de espaço e tempo que são superadas com o auxílio especialmente da informática, que possibilita um acesso dinâmico e múltiplo às informações. Para ela, a materialização da memória foi uma importante ferramenta para a forma como se desenvolveu a memória nos tempos antigos e também na contemporaneidade.

3.2 A ciência da informação e o conceito de informação

Para melhor entender as ligações entre a oralidade, a memória e a biblioteca, é interessante, antes de tudo, estabelecer uma ligação entre os dois primeiros termos e o conceito de informação.

De início, é importante entender a diferença entre os termos *conceito* e *definição*. Guedes (2011) expõe a proposta de Belkin (1978) acerca da distinção entre ambos os termos, sendo a definição, como o próprio nome já induz, um sentido definitivo dado a um termo, não englobando o que vamos estudar neste capítulo, pois, como iremos perceber, a informação e tudo que a envolve são termos mais conectados com pontos de vista e focos de estudo, encaixando-se mais como conceitos, apontados pelo autor como um modo de se interpretar um fenômeno.

Conforme podemos ver em Silva (2018), a raiz etimológica da palavra “informação” é tão ambígua quanto boa parte dos termos abordados neste trabalho. Neste campo de estudo da linguística, a informação aparece como tendo duas possibilidades de origem, latina e grega, onde ambas possuem significados semelhantes:

Etimologicamente, o termo informação possui duas origens, uma latina e outra grega. Na primeira delas, o termo deriva do verbo *informare*, que significa dar forma, criar, e no grego, advém dos termos *morphe*, *morfo* e *eidos*, que significam, respectivamente, forma, ideia, aquilo que se vê. Assim, uma das características inerentes aos estudos sobre informação será as muitas faces de entendimento e definições que lhe são dadas. (Silva, 2018, p. 35)

Distanciando-se um pouco do círculo linguístico, de acordo com Silva e Gomes (2015), o conceito de informação em si varia muito também no âmbito da Ciência da Informação. Isso porque a corrente científica percorrida pelos estudiosos pode ter sua origem em diferentes vertentes. Como podemos ver em Silva (2018), a CI é, em sua essência, uma ciência interdisciplinar. A autora apresenta o conceito de *interdisciplinar* no ramo das ciências como o processo de aproveitar técnicas, metodologias, conceitos, análises e ainda objetos de estudo (como a memória, emprestada de áreas pertencentes aos estudos das ciências sociais e humanas) por meio da interação com diversas áreas do conhecimento, não sendo assim uma surpresa o fato de que o conceito de informação acabe por se adaptar também de acordo com as áreas mais familiarizadas de estudo do cientista da informação que o utilize.

Sendo assim, Silva e Gomes (2015) argumentam que os estudiosos podem escolher basear suas pesquisas segundo um cunho epistemológico, conceituando a informação de acordo com o estudo das teorias do conhecimento científico; podem optar por um caminho técnico, que a conceitue de acordo com suas aplicações práticas dentro da CI; por fim, podem também seguir uma vertente humano/social, procurando entender as interações e práticas por um ponto de vista mais voltado aos usuários da informação; não se excluindo a possibilidade de a informação receber uma definição baseada nas três vertentes de pensamento simultaneamente.

Assim como a interdisciplinaridade da própria CI, os autores afirmam ser a informação intrinsecamente conectada a termos como *conhecimento*, *dado*, *mensagem*, *texto*, *documento*, termos que influenciam também na conceituação que levará a informação. Essa diversidade de significados para um termo pode gerar resultados semelhantes ou muito diferentes entre si, mas para os autores o fato de divergirem ou convergirem é pouco relevante diante a maior importância de se

desenvolver definições que dêem sentido cognitivo aos sujeitos da informação de acordo com a realidade social em que estão inseridos.

De qualquer forma, antes de explorar os diversos rumos que a informação pode tomar antes de se consolidar em sua variedade conceitual, seu contexto histórico, bem como o da eventual Ciência da Informação, pode ser considerado.

Araújo (2014) apresenta um rico apanhado acerca do contexto em que emerge a Ciência da Informação, impulsionada por uma onda de confiança e prestígio à ciência e tecnologia, que, embora tenha sido bem-vinda, surge num período sombrio de pós-guerra, com a necessidade de recuperação e tratamento de informações e com a conseqüente massa impetuosa e cada vez mais crescente de informações que surgiam. O tempo era um recurso valioso, assim como o empenho em se recuperar materiais que possuíssem verdadeira utilidade para auxiliar os cientistas em suas corridas intelectuais. Diante desse fator “tempo”, a Ciência da Informação se desenvolve pautada em uma preocupação profunda com a análise de características como custo, vantagens e desvantagens das fontes de informação, todos tendo como principal questão o tempo a que teriam que dispor para utilizá-las.

O autor levanta um ponto que nos acrescenta no estudo das relações entre informação e oralidade. As informações que ele pontua como “fontes formais” de informação, provavelmente remetendo às fontes palpáveis e prioritariamente escritas, foram e continuam sendo o foco principal da CI. Foi-se percebendo, porém, ao longo do tempo, as contribuições que poderiam surgir a partir da consideração das “fontes informais”, originando uma vertente de estudo a princípio chamada de “comunicação científica”. Com esta possibilidade em mente, se tornou possível o levantamento de questionamentos acerca da real necessidade de se estudar a fundo as características das fontes de informação baseando-se no tempo em vez de focar no porquê de algumas fontes serem priorizadas em detrimento e negligenciamento de outras.

A abertura deste tópico ensejou uma gama de possibilidades, uma vez que não passaram a ser analisadas apenas as interações entre os cientistas e as fontes de informação, mas também as relações entre essas informações e os conhecimentos já pertencentes a esses estudiosos ao longo de suas formações. Os chamados “colégios invisíveis”, grupos de estudo informais composto por intelectuais da mesma área, também expandem o estudo da Comunicação científica, uma vez que seus conhecimentos compartilhados de maneira não publicada (cartas,

conversas, ligações) passam a ter sua importância considerada no meio de produção do conhecimento científico. Diante de tudo isso, a informação deixa de ser o foco principal, este se voltando às formas de transferência, seus fluxos informacionais, em resumo, a maneira como essas informações eram comunicadas. (ARAÚJO, 2014, p. 59).

Dessa maneira, Araújo (2014) aponta ter emergido o termo “rede”, não apenas a partir das interações com a tecnologia digital e suas características de interação, mas também por essas mesmas características atribuídas à relação que mantinham os integrantes dos colégios invisíveis, pela maneira como transmitiam seus conhecimentos. O resultado foi que na atualidade é possível estudar o âmbito das “fontes formais de informação” ao mesmo tempo em que podem ser mapeadas e integradas aos estudos as comunicações entre os cientistas da informação e suas contribuições por meio de interações em uma mesma área de estudo.

Capurro (2003) conceitua a informação na Ciência da Informação como associada a três possíveis paradigmas epistemológicos: físico, cognitivo e social, sendo o paradigma físico predominante entre os anos de 1945 e 1960 e, respectivamente, referência para a própria formação da Ciência da Informação.

Como já podemos inferir quanto ao nascimento de qualquer área de estudo que envolva a informação, a biblioteconomia inclusa, a princípio dificilmente se expandem os horizontes observados, baseando-se inicialmente no objeto de estudo como algo palpável. O paradigma físico possui essa vertente de pensamento em sua essência, pautada na possibilidade de transferência de um objeto físico por parte de um emissor a um receptor, e deriva da Teoria Matemática da Comunicação proposta por Claude Shannon e Warren Weaver em 1949. Esse “objeto” se trataria, na teoria inicial, de uma mensagem, que, idealmente, deveria ser transmitida pelo emissor ao receptor sem a presença de ambiguidades ou ruídos.

De acordo com Guedes (2011) a teoria de Shannon e Weaver possuía o intuito de sanar dilemas envolvendo transmissões de sinais em canais físicos de comunicação, e foi realizada por meio de cálculos matemáticos com aplicação direta em sinais telegráficos. A problemática envolvendo a teoria desses dois autores e a Ciência da Informação é o fato de que termos como *informação*, *mensagem*, *receptor*, *significado*, estão inclusos na Teoria Matemática da comunicação, mas não significam os mesmos fenômenos na CI. Atentando-se especialmente ao conceito de informação, Guedes (2011) ressalta que para Shannon e Weaver, a informação trata

essencialmente da liberdade de escolha ao se selecionar uma mensagem que será transmitida. Possuindo essa ligação íntima com o conceito de liberdade de escolha, que é múltiplo e amplo, podendo levar a decisões diversas por parte do emissor, o conceito de informação resultante dessa interação se relaciona muito mais com o campo da incerteza, caminhando para um rumo contrário ao conceito de informação abordado na Ciência da Informação contemporânea, que, apesar de diverso, sempre remete a esclarecimento.

Sendo assim, vertentes de pensamento como essa no início dos estudos da informação, de acordo com Capurro (2003), remetem a um apreço pela transmissão de mensagens tendo por via um meio físico que a veicule, desprezando qualquer aspecto pragmático da transmissão de informações, bem como qualquer papel assumido pelo usuário, aquele que irá recuperar a informação transmitida. O autor pontua que é evidente que essa abordagem deriva das atividades clássicas de organização da informação realizadas por bibliotecários e documentalistas.

O paradigma cognitivo surge, posteriormente, ultrapassando os limites que mantinham o estudo da informação em um cercado físico, e passando a considerar o estudo do conhecimento contido nos suportes físicos em vez do estudo dos próprios suportes. Capurro (2003) afirma que B. C. Brookes usa da ontologia de Karl Popper (que distingue três mundos a saber: físico, da consciência e do conteúdo intelectual) para propor um modelo baseado nas interações de conteúdos intelectuais em uma espécie de rede existente apenas em espaços cognitivos ou mentais. Os teóricos deste paradigma cognitivo procuram entender as reflexões e resultados causados aos usuários a partir de seus contatos com a informação. É também por meio desse paradigma que surge a noção de necessidade como principal gatilho para a busca de informações por parte do usuário.

O paradigma social surge a partir de críticas sobre o paradigma cognitivo se tratar de uma vertente que não considera as necessidades humanas e sociais dos usuários da informação. Para essa vertente, a informação é objeto inerente das interações sociais frutos da natureza humana. Capurro (2003) cita o paradigma social-epistemológico desenvolvido por Hjørland e Albrechtsen que integram o estudo dos campos cognitivos juntamente com a análise das comunidades discursivas. O autor aponta como consequência clara desse modelo o abandono da busca por definições e algoritmos ideais para representar aspectos como o

conhecimento e a recuperação da informação, encontrada em ambos os paradigmas anteriores.

Sendo assim, Silva (2018) ressalta que as teorias que tratam do conceito de informação são obviamente diversas e divergem e convergem em certos pontos. Porém, ainda sim é evidente que, enquanto algumas seguem uma perspectiva Materialista, outras buscam encarar a informação como pertencente aos estudos cognitivos, de caráter mais mentalista. A autora acredita se tratar o estudo do paradigma social uma análise necessária por se distanciar dessa dualidade, procurando entender melhor os fluxos e a dinâmica de informação quando investigada dentro de um contexto específico.

Silva (2018) discorre sobre dois paradigmas propostos por Malheiro e Ribeiro (2011). De acordo com a interpretação da autora, o primeiro, o Paradigma Custodial, condiz com os primeiros momentos das instituições biblioteca, arquivo e museu, na antiguidade, voltados até então para o papel principal irrevogável de preservação de acervos, uma vez que o registro físico de seu conhecimento significava uma perpetuação da memória e identidade de um povo. A autora pontua que na idade média esse paradigma se mantém firme, mais por razões relacionadas ao trabalho custoso realizado para as tentativas de registro em um momento anterior ao surgimento da imprensa. No período pós-Revolução Francesa, a manutenção desse paradigma se mantém por razões muito semelhantes às iniciais, com o intuito de preservar documentos que constantemente lembrassem o povo de sua identidade social e nacional após a queda do regime de monarquia.

O Paradigma Pós-Custodial, por sua vez, surge com o desenvolvimento da Era da Informação, é visto pelos autores como o modelo para onde caminha a Ciência da Informação, e é apresentado como um paradigma que não exclui as obrigações das instituições informacionais de preservar registros, mas que em vez de manter ali a sua prioridade, transfere-a para a preocupação com o acesso à essas informações. Da mesma forma, Silva (2018) realiza um paralelo com a forma como deve ser tratada a memória, cuja guarda e preservação deve ser realizada com o intuito maior de que venha a ser acessada posteriormente por alguém.

Para Araújo (2014), a recuperação da informação e a conseqüente busca por melhores formas de representar a informação são as áreas de estudo que mais aproximam a Ciência da Informação da Biblioteconomia, que na década de 70, em conjunto com os modelos de recuperação implantados nos sistemas de informação,

estudam a construção de linguagens controladas e sistemas de classificação com o intuito de fornecer uma busca mais objetiva e com maior qualidade aos usuários.

Apesar de possuir raízes nos estudos realizados acerca do comportamento e fluxo informacional entre cientistas no âmbito da comunicação científica que já abordamos anteriormente, Araújo (2014) ressalta ser também na década de 70 que surgem os primeiros estudos voltados precisamente ao comportamento dos usuários da informação. Todas as teorias levantadas na época possuíam em comum um viés cognitivista e procuravam entender as influências da informação nas configurações mentais dos usuários e o significado que ela mantinha para aqueles que iam atrás de conhecimento baseado na necessidade, uma vez que, no estudo dos usuários, estes são enxergados como indivíduos que possuem uma gama de informações em suas mentes que regem o funcionamento de suas atividades diárias. Uma lacuna de informação que lhes impeçam de prosseguir sem que adquiram esse conhecimento, move os usuários à busca por suprir essa necessidade. Sendo assim, essa vertente de estudos busca entender o processo informacional a partir da perspectiva do usuário.

Quanto ao estudo dos usuários e o reconhecimento de suas necessidades informacionais e a melhor forma de saná-las, Virgínio (2018), por meio de interpretações dos estudos de Turner (2010), destaca o retorno da oralidade como fonte de informação prestigiada por parte dos usuários na contemporaneidade, em parte por suas preferências em manter comunicações e compartilhar conhecimentos entre si em vez de partir para a procura por informações registradas. São apontadas quatro particularidades da oralidade que a tornam uma fonte de informação social mais acessível e facilitadora aos usuários: a obtenção de respostas imediatas à suas questões, a multiplicidade comunicacional pertencente às trocas informacionais por meio da fala (gestos, contatos visuais), a possibilidade de se consultar fontes informacionais pessoais e não apenas institucionais e a utilização da linguagem natural.

Nos estudos apontados anteriormente acerca da origem da Ciência da Informação, podemos notar por diversas vezes o uso da expressão “fontes formais de informação” para se referir à informação registrada. A autora ressalta, ao tratar do retorno da oralidade, a importância de não se alocar imediatamente fontes orais como meios informais de informação, uma vez que esta categoria rebaixa essas fontes de informação social no decorrer da construção de conhecimento.

De acordo com a interpretação de Turner (2010), a oralidade deve ser estudada mais profundamente em toda sua complexidade como meio de construção do conhecimento e simultaneamente instrumento de partilha no contexto social. Virgínio (2018) analisa as relações entre oralidade e informação mais a fundo por meio do estudo da Infoeducação, que acrescenta, ao grande conjunto de conceitos, mais um, acerca do termo *informação*.

Perroti (2016) define a Infoeducação da seguinte maneira:

“A infoeducação parte, portanto, da premissa segundo a qual a informação é categoria essencial, objeto autônomo e experiência formativa em si mesma, mesmo se possa ser insumo, instrumento para experiências de variadas ordens. Desse modo, ela não tem em mira simplesmente o domínio de habilidades (skills) ou procedimentos (competencies) informacionais. Além de mobilizar saberes informacionais de diferentes ordens, ela os interroga, colocando-os em questão, articulando-os a quadros gerais de produção, mediação e apropriação de conhecimento e cultura, a processos reflexivos que colocam em causa as próprias concepções de informação e de formação, bem como as relações estabelecidas entre elas.” (PERROTI, 2016, p. 11)

Para Perroti (2016), o conhecimento adquirido por meio da infoeducação vai além da obtenção de conhecimentos de caráter científico e metodológico, mas fornece ao usuário a possibilidade de se apropriar da cultura da informação, cujos conhecimentos viajam desde dimensões operacionais e mecânicas básicas, como o manuseio simples de smartphones, computadores e aparelhos de televisão, à debates de dimensões políticas, culturais, éticas e afetivas. A infoeducação se trataria de um campo que domina simultaneamente os âmbitos operacionais, metodológicos e epistemológicos, e que contraria a visão do conhecimento como algo a ser roboticamente assimilado mas como o alcance do aprendizado por meio de interlocuções consigo mesmo, com a cultura em que está inserido e com suas relações com os outros indivíduos que compõem uma sociedade.

3.2.1 A oralidade e a memória no âmbito da biblioteca

Virgínio (2018) liga a memória à biblioteca ressaltando ser a natureza humana de registrar e recordar vivências o que levou a origem dessas instituições nos tempos antigos. De maneira semelhante, Silva (2018) afirma ser a existência de

bibliotecas, arquivos e museus pautada na necessidade dos homens de exteriorizar suas memórias e ideias, ação que a princípio era realizada por meio da oralidade, como vimos anteriormente, mas que se expande para o desejo de realizar registros físicos com a invenção da escrita. Com o aumento do número de registros que possuíam o intuito de representar o conhecimento humano, certa complexidade passou a ser exigida para armazená-los de maneira mais adequada, e aí a biblioteca surge.

Apesar de aqui se voltar bastante para a centralidade escrita assumida pela instituição biblioteca desde sua origem, Le Goff (2003) ressalta não ser a escrita o método pioneiro de registro físico das memórias e vivências dos seres humanos, mas as esculturas e monumentos, que representavam momentos ou prestigiavam pessoas com o objetivo de os tornarem perpétuos.

Silva (2018) fornece uma análise do trabalho de Jacob (2008) acerca de a memória registrada em bibliotecas se tratar de um recurso que pode ser revisitado pelos usuários, possibilitando assim o desenvolvimento de mais conhecimentos, sendo esses conhecimentos muito além do adquirido com intuito acadêmico ou literário, uma vez que a biblioteca também é guardiã de aspectos culturais e que representam o identitário coletivo. Na contemporaneidade vamos perceber que as funções relacionadas à preservação desses conteúdos seriam apenas meios de garantir o melhor acesso por parte dos usuários, sendo esse acesso de qualidade a principal problemática a ser sanada no ambiente biblioteca.

Apesar desse pensamento apresentado na atualidade, conforme já pontuado anteriormente, por muito tempo a função da biblioteca girava em torno de um ideal conservador, muitas vezes baseado quase que inteiramente na preservação e até acúmulo de conhecimento registrado. Como exemplo desse tipo de ideal, mas também para melhor entender as relações entre memória e biblioteca, alguns autores recordam a Biblioteca de Alexandria como instituição referencial dessa fase da biblioteconomia.

Silva (2018) apresenta a Biblioteca de Alexandria como instituída por Ptolomeu Sóter, sucessor do famoso Alexandre, o Grande, aproximadamente em III a.C., com o intuito megalomaníaco de colecionar e conservar todas as memórias intelectuais e artísticas existentes no mundo em uma única instituição localizada em Alexandria, no Egito. De acordo com Gomes (2014), o faraó egípcio enviava cartas aos soberanos estrangeiros pedindo por registros para incorporar ao seu acervo e

determinava que fossem feitas cópias de toda e qualquer produção escrita encontrada nos navios que atracassem, mesmo que por pouco tempo, nos portos de Alexandria, assim como exigia que fossem feitas traduções de todas as obras para a língua grega, de forma que possuía muitos materiais duplos, com obra em língua original e traduzida. O objetivo da biblioteca reflete os ideais dessa própria sociedade, naquela época um exemplo de poderio militar e influência econômica e política que, com o domínio de todo o conhecimento já registrado, reafirmaria de mais uma forma sua soberania perante as outras nações por meio da tutela do saber e da memória. Silva (2018) destaca que, dessa forma, Alexandria acreditava garantir que seus feitos, suas conquistas, se tornassem perpétuos, livrando-se assim, do árduo destino das nações esquecidas onde nada se registrou.

A autora acentua que, apesar de se encontrar no Egito, a biblioteca foi moldada sob os ideais gregos e era frequentada por comunidades intelectuais, que consultavam o conteúdo ali armazenado para a construção de conhecimentos nas mais diversas áreas como os ramos da ciência, filosofia e poética.

Essa grandiosidade buscada pela Biblioteca de Alexandria é encontrada também na contemporaneidade. Gomes (2014) afirma serem ao menos semelhantes práticas como as realizadas nas Bibliotecas nacionais, no caso do Brasil, buscando reunir a memória da nação e de um povo por meio do acúmulo de todo conhecimento registrado, uma vez que, por ordem da Lei, cada obra produzida precisa ceder à instituição uma cópia.

Não é apenas nesse aspecto que podemos encontrar semelhanças entre as situações das bibliotecas da atualidade e a lendária Biblioteca de Alexandria. O fim da célebre biblioteca se deu por meio de um incêndio ordenado pelo imperador Romano Júlio César em 48 a.C. (GOMES, 2014, p. 624-625). Para Silva (2018), o fogo, obviamente, não destruía ali apenas registros físicos de conhecimento, apagava traços de memória, identidade e cultura por muito tempo cultivados, condenando esses traços de Alexandria ao temível esquecimento, pois, de todo o conteúdo destruído, apenas alguns vestígios foram encontrados, e a partir deles arqueólogos tentam chegar a conclusões que ilustrem a cultura de Alexandria. Distante dessa época, em 1992, vemos uma das maiores bibliotecas nacionais da Europa, a Biblioteca de Sarajevo, levar o mesmo fim durante a guerra da Bósnia. Ambos os incêndios foram realizados carregando como justificativa desavenças de cunho político, religioso e militar, o que ilustra a importância da memória reservada

nas bibliotecas, mesmo com um intervalo de quase dois milênios entre ambos os ocorridos.

Apesar de compor um espaço confortável para a formação acadêmica de alguns intelectuais, é evidente que o espaço da biblioteca não era amigável para o acesso de todos, além de assumir um papel muito conservador de difusão do conhecimento, que podemos entender melhor por meio do trabalho de Bastos, Pacífico e Romão (2011), que tratam do silenciamento e rigorosidade assumido pela biblioteca na origem destas instituições, circunstâncias estas que afetam as relações da instituição com a comunidade até os dias de hoje.

3.2.1.1 O processo de silenciamento na biblioteca

“[...] Mas não vejo o que há de social em juntar um grupo de pessoas e depois não deixá-las falar, você não acha? Uma hora de aula pela tevê, uma hora jogando basquete ou beisebol ou correndo, outra hora transcrevendo histórias ou pintando quadros e mais esportes, mas, sabe, nunca fazemos perguntas; pelo menos a maioria não faz; eles apenas passam as respostas para você.” (BRADBURY, 2020, p. 41)

Bastos, Pacífico e Romão (2011), naturalmente, acham necessário fornecer um contexto histórico que possui seu início na antiguidade, perpassa as instituições medievais e alcança a contemporaneidade posteriormente. As bibliotecas da antiguidade e suas restrições de acesso não se diferem muito das presentes no período medieval. Tendo como foco inviolável a preservação das memórias ali alocadas, o acesso à essas bibliotecas não era apenas imensamente restrito e segregado, mas codificado de maneira complexa, de forma que entre os que possuíam o privilégio de frequentá-las, apenas os conhecedores do código conseguiam recuperar as informações que desejavam.

Mais um paralelo com a contemporaneidade é estabelecido pelos autores tendo em mente essas características das antigas bibliotecas. Eles afirmam ser semelhante o relacionamento dos usuários de biblioteca na contemporaneidade com os nossos sistemas de classificação, como o Sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), pois, apesar de ser uma espécie de código que sustenta a organização do acervo, ainda se trata de uma linguagem, se não desconhecida por muitos, utilizada sem fazer sentido nenhum aos usuários.

Esse traço da biblioteca, somado ao argumento apresentado pelos autores posteriormente acerca do tom de inviolabilidade que carregam os itens do acervo, no

questo de não permitir o trânsito e manuseio do acervo por parte dos usuários de maneira mais confortável, contribuem para o que é exposto por eles como silenciamento dentro da biblioteca. Sobre esse termo, é importante pontuar que não se trata apenas da definição usual de silêncio como ausência de som (apesar de incluir também essa característica), mas do que eles pontuam como “política do silêncio”, onde o espaço da biblioteca se apresenta aos usuários de maneira friamente silenciosa, rigorosa, de uma maneira que afasta esses indivíduos não apenas da instituição, mas do contato com as informações de que necessita.

O trabalho desses autores estuda, especialmente, as relações entre o silêncio que acompanha a história da biblioteca e as bibliotecas escolares do presente. Para eles, a visão geral da biblioteca escolar é pautada sobre uma concepção de que seus acervos são desinteressantes, atuando muito mais como depósitos de livros, principalmente por seu conteúdo ser muitas vezes repleto de livros didáticos, na ausência de obras literárias e científicas que venham a realmente chamar a atenção dos usuários potenciais.

Esse silêncio é então apresentado como um atributo que, não apenas na biblioteca escolar, contribui para o afastamento do leitor em todos os aspectos, pois se distanciam da unidade de informação, do livro, da pesquisa e da informação em si, uma vez que colabora com a manutenção de um ambiente austero:

“ [...] a biblioteca acaba por quebrar seu discurso libertário ao legitimar e instaurar o silêncio em seu espaço; logo, em sua constituição, o que impede de proporcionar aos leitores um espaço de possibilidades de construção de sentidos, de fuga e de contestação da (des)ordem em que vivemos.”
(BASTOS; PACÍFICO; ROMÃO, 2011, p. 623)

Os autores apontam, ainda, que esse silêncio, muitas vezes desempenhado por profissionais de fora da área da informação (aqui fazendo uma crítica ao trabalho de bibliotecário que, especialmente no âmbito escolar, é muitas vezes atribuído a profissionais sem formação na área), passam-lhes uma falsa sensação de segurança para com o acervo, quando em verdade configuram ações que beiram a censura, impedindo o debate e a construção de qualquer conhecimento que o aluno venha a ser capaz de desenvolver, deixando-lhe o papel de apenas aceitar sem reflexão as ideias e sentidos que lhe são passadas em sala de aula diariamente.

De volta à origem do silenciamento e à história das bibliotecas, os autores começam a relembrar as ligações das bibliotecas com a igreja na época medieval. Nessa fase, temos os livros como um objeto ligado ao sagrado, e não coincidentemente o domínio da escrita e das bibliotecas nas mãos dos mosteiros e igrejas, que dedicavam seus esforços às cópias de manuscritos para preservar as memórias, e que além disso mantinham a limitada autorização para manusear os exemplares originais de obras, que, por sua natureza sagrada, só podiam ser manuseados por indivíduos devidamente iniciados na doutrina católica. Diante dessas regras tão estritas, não é de se admirar que os componentes da igreja compusessem a quase totalidade de indivíduos letrados durante a idade média, pois à comunidade de leigos não era dada os privilégios da escrita e da leitura.

O prestígio que vimos ser atribuído aos processos de leitura grupal em voz alta na Grécia Antiga não se encaixa neste período medieval. Os autores ressaltam que a quebra do silêncio passou a ser visto como algo perturbador, e a ordem de que não se mantivessem conversas no ambiente passaram a compor a lista de regras para utilização dos espaços de leitura comum: “(...) [Humberto de Romans, no *De instructionis officialium*, exigia que cada convento dominicano tivesse uma sala de leitura comum na qual o silêncio fosse absoluto. Em Oxford, o regulamento de 1431 reconhecia a biblioteca como local de silêncio.” (SAENGER: 2002, p. 161).

Por suas relações com o sagrado, o espaço da biblioteca passa a ser comparado com a igreja, sendo exigido um silêncio absoluto em respeito ao trabalho religioso desempenhado pelos monges no processo de escrita e em respeito com a presença e o contato do deus cuja fé lhes cabia no espaço. Com todas essas restrições, Bastos, Pacífico e Romão (2011) apontam que os indivíduos que compunham a população das cidades medievais se viam diante de uma biblioteca geralmente estabelecida propositalmente em lugares de difícil acesso, munidas de uma vigilância constante para que pessoas sem autorização não tocassem nos registros. Toda essa hostilidade é mantida na origem dos primeiros ambientes universitários europeus, onde os livros eram literalmente acorrentados à estante para evitar que fossem roubados.

Os autores apontam uma reflexão válida acerca das consequências desse tratamento com o livro no início dessas instituições e seus reflexos na era contemporânea. As bibliotecas, e especialmente o livro, são tratados como artigos de luxo, acessíveis a poucos e distantes da comunidade. Virgínio (2018) apresenta

um pensamento semelhante, afirmando que a forma como a biblioteca ainda se mantém como um ambiente reservado e pouco amigável para a comunidade não é fruto de coincidências, mas sim um resultado óbvio de séculos de hostilidade para com a população, que, mesmo depois de ver todas essas correntes (visíveis e invisíveis) sucumbirem, não conseguem enxergar o livro como um objeto libertador, e sim como remetente a ostentação e obrigatória intelectualidade nos sentidos mais elitistas de ambas as palavras.

Bastos, Pacífico e Romão (2011) apresentam a emergência das bibliotecas no Brasil como não muito diferente das experiências anteriores na Idade Média, marcada por censuras e silenciamentos, além da ausência de incentivos para o desenvolvimento de conhecimento e reflexões autônomas por parte dos usuários.

A história das bibliotecas no Brasil coincide com o início dos trabalhos dos jesuítas, com a criação das bibliotecas monásticas na Bahia e outras capitais. Trata-se de um ambiente com objetivos religiosos e de educação escolar, não desempenhado apenas pelos jesuítas, mas também por outros grupos de caráter religioso que mantinham escolas no estilo convento, como os Beneditinos, Carmelitas e Franciscanos.

O trabalho realizado por essas ordens religiosas é apontado como enriquecedor no processo de alfabetização do povo brasileiro, que contava com uma população constituída em pelo menos 80% de analfabetos. O espaço da biblioteca contribuía com o processo, não apenas de alfabetização, mas de catequização dirigido por esses religiosos, sendo seus acervos completamente condizentes com quaisquer vertentes de pensamento que possuíssem o catolicismo português.

Os autores apontam que a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal é apontada como um evento trágico ao funcionamento das bibliotecas, que ficaram abandonadas à própria destruição por pragas ou pela própria ação humana. Esse destino se altera com a chegada da família real no Brasil, dado que a biblioteca passou a ser enxergada como um potencial instrumento de dominação e controle da população. A vinda da realeza para o Brasil também exigia a implantação de políticas educacionais mais severas e amplas a fim de garantir um maior nível de “civilização” da população, não abrindo margens para maiores críticas ao país em que residia a família real. Diante disso, aumentou-se o número, não apenas de bibliotecas, mas de livrarias, de atividades relacionadas a jornal e imprensa e inclusive a abertura da Biblioteca Real, que futuramente viria a ser a Biblioteca

Nacional do Brasil. Os livros que circulavam entre a população e que compunham os acervos das bibliotecas eram nada mais que obras com o propósito único de compartilhar ideias de dominação políticas e religiosas, o que para os autores contribuiu para o pouco interesse da população pela leitura, de maneira geral, até os dias de hoje.

Com o trabalho dos autores voltados ao ambiente de silêncio imposto nas bibliotecas escolares, mas também podendo ser analisado à luz dos trabalhos desenvolvidos em outros tipos de biblioteca, os autores concluem que a teoria biblioteconômica propõe essa instituição como um espaço, não apenas de busca por conhecimento já concebido, mas que incentiva a produção e reflexão acerca de um conhecimento individual, permitindo aos leitores a produção de uma opinião crítica acerca da informação que lhes é fornecida, fortalecendo suas ideias por meio da interação com a biblioteca e com os outros membros da comunidade, sendo todos esses objetivos perturbados pela herança hostil de silenciamento que a biblioteca carrega. A proposta dos autores não exige a exclusão da biblioteca como ambiente silencioso para estudo individual, visto que esse aspecto nessas instituições é também muito importante, mas propõe a criação de espaços que possibilitem a interação entre os usuários, a realização de atividades diversas que incentivem a integração entre os usuários e o conhecimento, para que este passe a ser enxergado menos como luxo e mais como um direito e expressão de liberdade. (BASTOS; PACÍFICO; ROMÃO, 2011, p. 625-627)

Os debates sobre o processo de silenciamento abrem espaço para tratarmos da maneira como a oralidade se afasta da biblioteca e também do processo de construção do conhecimento. Bastos, Pacífico e Romão (2011) destacam ser o Brasil um país com fortes raízes com a oralidade, mas que vê essas relações enfraquecidas com o apreço dado ao conhecimento escrito após a colonização dos portugueses. Para Virgínio (2018), e de acordo com argumentos já apresentados aqui anteriormente, o fato da biblioteca possuir sua origem pautada no registro escrito torna a inserção da oralidade nesse ambiente um desafio, uma vez que a esta já foi atribuída certa inferioridade quando comparada com a escrita. A oralidade, antes tão prestigiada em trocas cotidianas ou mesmo em discussões intelectuais, agora assume um aspecto frágil, sucumbindo perante a revolução da imprensa.

A autora propõe soluções semelhantes às apresentadas por Bastos, Pacífico e Romão (2011), onde recomendam a quebra de noções binárias em se tratando da

escrita e da oralidade, pois ambas podem conquistar seu espaço e cumprir seus papéis no ambiente da biblioteca, mais por meio da interação uma com a outra do que pela contradição, enriquecendo a interculturalidade desse espaço. Para Virgínio (2018), essa bipolaridade, tendendo para a rivalidade, entre a oralidade e a escrita coopera para a manutenção de um discurso que não permite a inserção da oralidade nesse espaço, justamente por induzir a uma ideia de quebra do silenciamento que já debatemos anteriormente.

Virgínio (2018) apresenta as transformações históricas sofridas pela biblioteca como sendo divididas em três principais fases, de acordo com Perroti e Pieruccini (2007): o Paradigma da conservação cultural, pautado na guarda e controle do patrimônio cultural; o Paradigma da difusão cultural, que diz respeito a um caráter mais distributivista, porém de via única, sem retornos muito evidentes do usuário; e o Paradigma da apropriação ou mediação cultural, que carrega um viés mais construtivista, pautado nos usuários da informação como sujeitos responsáveis pela “construção da ordem sociocultural” sendo os protagonistas dessa ação, com o diálogo como seu principal instrumento. Para Gomes (2014), o surgimento desses paradigmas possibilitou que a biblioteca se transmutasse de um ambiente metodicamente voltado à conservação, para um ambiente que, além dessa tarefa, também assume responsabilidades de cunho social e cultural, que fomentam a diversidade e alavancam a criatividade dos indivíduos. Para essa autora, o foco, que é direcionado ao usuário e as funções sociais, assumidas especialmente pela biblioteca pública, iluminam o papel de mediador que deve ser assumido pelos bibliotecários e profissionais da informação.

Virgínio (2018) encaixa a oralidade no âmbito das atividades de mediação e apropriação desenvolvidas pela biblioteca, destacando-a como elemento cultural e agregador da prática educativa, podendo ser desempenhada como meio de trocas e reflexões sobre vivências, não sendo interpretada como um meio de comunicação, mas como um dos pilares que movimentam a informação, em conjunto com a escrita, o audiovisual e a informática.

4 LIVROS HUMANOS: interações na biblioteca por meio da oralidade

4.1 Biblioteca e comunidade

Silva (2018) ilustra a importante relação entre a biblioteca e as vivências de uma comunidade ao pontuar a biblioteca como um lugar que mantém obrigações com a preservação e o acesso à informação, mas que de maneira semelhante, comporta memórias individuais e coletivas dos indivíduos e permite que se entrecruzem no espaço da biblioteca. Para a autora: “São, portanto, reflexos de uma cultura, de uma identidade nacional, ou local e, também, de organizações e instituições, sejam elas públicas ou privadas.” (SILVA, 2018, p. 54). A autora acredita ser a biblioteca um espaço propício à reunião de memórias, seja pelas interações dos usuários com o acervo ou por suas interações uns com os outros, podendo ser assimilada, assim, a uma espécie de comunidade, por possibilitar trocas no âmbito da cultura, identidade, memória e compartilhamento de vivências.

Dessa maneira, torna-se interessante a construção de um debate acerca das significações que carregam o termo comunidade. De acordo com Silva (2018), é de se imaginar que, ao ouvir esse termo, possa se imediatamente associar a palavra comunidade a um universo territorial, que remete a pessoas que compartilham de um convívio diário por meio da moradia próxima e da frequência aos mesmos espaços. Ainda assim, o conceito de comunidade pode ir muito além do espaço físico.

A autora escolhe começar a conceituar “comunidade” por meio de uma análise dos estudos de Max Weber (2010) acerca das diferenças entre o conceito de comunidade e o de sociedade. Para esse autor, o conceito de comunidade carrega consigo um significado muito ligado ao afetivo dos indivíduos envolvidos, que não se conectam por possuírem atributos comuns, mas por possuírem sentimentos de solidariedade para uns com os outros, sendo esta, fruto de uma afeição desenvolvida ou de aspectos tradicionais. A sociedade, por sua vez, estaria mais ligada à organização de grupos de pessoas que operam sob leis e entendimentos comuns.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, é apresentado o pensamento de Chauí (1994), que diferencia ambos os termos atribuindo à comunidade o sentido de convivência e contato frequente, o conhecimento das realidades uns dos outros e o desenvolvimento de um destino comum. A sociedade, por sua vez, é definida como indivíduos vivendo em uma coletividade de espaço físico, porém, alheios às experiências uns dos outros, divididos por grupos e classes sociais que não possuem valores comuns. Trata-se da ligação dos indivíduos mais relacionada à

divisão de políticas de convivência e à partilha de instituições como o comércio, a família e o próprio estado, possuindo assim um cunho social e prático, longe da pessoalidade e afetividade exigidas pelo conceito de comunidade.

Algumas nuances situadas dentro do próprio conceito de comunidade são apresentadas por Silva (2018) ao tratar das influências da contemporaneidade na construção das relações comunitárias. Para isso, a autora expõe os estudos de Bauman (2003). Para esse autor, a contemporaneidade oferece duas possibilidades de comunidade: as reais e as artificiais. As comunidades reais, também conhecidas como tradicionais, carregam em si a essência das primeiras formas de comunidade, movidas por um entendimento compartilhado de caráter natural, atuando de maneira homogênea, por representar grupos com pensamentos e sentimentos comunitários, além de autônoma, sendo que essas características melhor se desenvolvem em grupos menores. As comunidades artificiais, por outro lado, não possuem características tradicionais uma vez que surgem no contexto contemporâneo. Não são formadas de maneira natural como as reais, baseando-se em interesses comuns entre os indivíduos, muito mais pautada na individualidade do que no convívio coletivo, e portanto, mais frágeis como comunidade.

Silva (2018) insere a percepção de Le Goff (2003) acerca do conceito de comunidade, que carrega um sentido conectado às noções de tradição e história de um povo, exemplificados pelas sociedades de tradição oral que, se utilizavam das memórias coletivas de seus indivíduos para edificar suas relações como seres sociais.

Encarando a memória como parte importante de uma comunidade – apesar dos estudos apresentados anteriormente acerca da ausência de ligação imediata entre o conceito de comunidade e o espaço físico – para entender melhor sua presença na biblioteca, cabe considerar sua materialidade, nesse caso, suas relações com os lugares. Silva (2018) interpreta principalmente os estudos de Halbwachs (2003) para ilustrar o vínculo entre o senso de comunidade e a ocupação de espaços.

De acordo com Halbwachs (2003), os ambientes compartilhados por uma comunidade possuem grande influência e constituem um forte apoio no resgate de suas memórias, uma vez que esses espaços carregam uma “aura memorial” derivada da familiaridade e carga afetiva desenvolvida pelos indivíduos com esses lugares. O autor compartilha ainda do pensamento de Bauman, e acredita que

lugares menores, afastados da rotina dinâmica das grandes cidades, estão mais propensas a desenvolver esse tipo de experiência, uma vez que a constância exigida para a manutenção dessas relações não é característica do estilo de vida dos grandes centros urbanos, onde a mudança e a readaptação já se tornam atividades comuns, cotidianas.

Uma vez consideradas essas ideias de Halbwachs, Silva (2018) conclui que também por essa razão se preservam alguns locais como bens patrimoniais. A presença de um monumento físico auxilia os indivíduos no resgate de suas memórias, mesmo quando se trata de uma memória que nem mesmo foi vivenciada pelo sujeito em questão, mas lhe é familiar e compõe sua cultura e identidade.

Uma vez entendidas as conexões entre os membros de uma comunidade e os lugares que compartilham memórias, Silva (2018) destaca que, seja no contexto das relações dos indivíduos com o espaço físico ou fora dele, as experiências divididas entre os membros de uma comunidade fornecem-lhes, acima de tudo, sentimentos de identificação uns com os outros, sendo que esses sentimentos estão intimamente ligados, não apenas com o conceito de memória coletiva, mas também com o de cultura, sendo que ambos elementos desempenham papéis essenciais no processo de constituição de uma comunidade.

A autora destaca que a cultura representa o próprio contexto em que se situam as comunidades, sendo a memória coletiva um constante lembrete de por que compartilham suas realidades, acrescentando sentido em suas leis, seus hábitos e crenças. Citando Zumthor (1993), a autora ressalta ainda o importante valor atribuído à oralidade no desempenho de todo esse processo, visto que carregamos desde os tempos ancestrais a noção da voz como transmissora da linguagem, por onde adquirimos e compartilhamos significados.

Possuindo a voz um papel essencial no compartilhamento de memórias e experiências dentro de uma comunidade, Silva (2018) ressalta ainda que todos os membros de um grupo como este acrescentam na manutenção da cultura e memória de uma comunidade por meio de seus relatos, mas deve ser reconhecida a prioridade narrativa cedida aos membros mais antigos de um grupo, pois suas memórias edificam e justificam o presente e o futuro de uma comunidade.

A autora interpreta os estudos de Candau (2016), que apresenta 3 elementos que auxiliam os indivíduos de uma comunidade em suas jornadas de manutenção de suas memórias e sua cultura:

1. A tradição, que conforme já vimos anteriormente, não está essencialmente ligada ao passado de um grupo, e sim apresenta conexões entre a realidade presente e passada, cujo processo de relembrar o passado auxilia nas interpretações e processos de identificação das pessoas no presente.
2. A comemoração é outro elemento apontado como uma parte importante na construção da identidade e organização das memórias coletivas de uma comunidade, podendo incluir aniversários, festas populares ou datas festivas de maneira geral, com um adendo por parte do autor quanto a possibilidade de possuir viés manipulador, uma vez que celebrações e festas podem ser criadas com o intuito de encobrir aspectos negativos e tragédias aos membros de uma comunidade.
3. Falando em tragédia, essa finaliza a lista de elementos que unem os indivíduos em seu processo de identificação uns com os outros, unindo-se pela memória de cunho célebre em alguns casos, mas também por meio de memórias que gostariam de ser esquecidas, mas que mantêm um laço entre os envolvidos devido à imensidão dos sentimentos negativos, sejam estes fruto de um evento vivenciado ou não pelos indivíduos ou por seus entes queridos, causando mudanças significativas na identidade dos membros de uma comunidade.

Com tudo isso em mente, podemos começar a enxergar como a biblioteca pode se apresentar como um espaço que, além de apresentar meios de seus usuários se identificarem e adquirirem conhecimento por meio de seu acervo físico, pode também estar propenso ao compartilhamento de experiências e memórias que, por meio da interação, possam vir a despertar nos indivíduos sentimentos de reconhecimento, fornecendo-lhes acréscimos, dificilmente adquiridos de outra maneira, aos seus conhecimentos e à formação de suas identidades.

A transformação da biblioteca em um ambiente amigável para o cumprimento desse objetivo, como já pontuado anteriormente, não exige o abandono de suas atividades essenciais de preservação e disseminação do conhecimento registrado, mas a abertura e adaptação do espaço para possibilitar maiores interações entre os usuários e a instituição e entre os usuários consigo mesmos, como no caso das bibliotecas humanas de Copenhagen.

4.2 Pessoas como livros: as bibliotecas humanas

"[...] Agredi um bombeiro quando ele veio queimar minha biblioteca, anos atrás. Desde então estou fugindo. Quer se juntar a nós, Montag?

_ Sim.

_ O que você tem a oferecer?

_ Nada. Achei que tinha parte do Eclesiastes e talvez um pouco do Apocalipse, mas nem isso tenho agora.

_ O Eclesiastes seria ótimo. Onde estava ele?

_ Aqui – disse Montag, tocando a cabeça."

(BRADBURY, 2020, p.166)

Em 1953, Ray Bradbury em sua obra *Fahrenheit 451* apresenta uma ideia de livros humanos, que surgem como consequência de uma sociedade distópica onde o questionamento, a reflexão, e especialmente os livros e bibliotecas são itens proibidos, alvos de incêndios provocados com urgência como se para tratar de uma doença perigosa e contagiosa, mantendo dessa maneira uma sociedade totalmente fútil e alheia a majoritariedade dos acontecimentos que a rodeiam, dependente do lazer supérfluo ininterrupto e da alienação. Mesmo em um contexto onde as ações de ler, raciocinar e de contestar entram em conflito com a lei, vemos a literatura e o pensamento científico persistirem em um espaço, sob aquele contexto, a salvo da destruição física em massa: a memória dos seres humanos:

"[...] Montag, algum dia você gostaria de ler a República de Platão?

_ Claro!

_ Eu sou a República de Platão. Gostaria de ler Marco Aurélio? O senhor Simmons é Marco Aurélio.

_ Como vai? – disse o sr. Simmons.

_ Olá – disse Montag.

_ Quero que conheça Jonathan Swift, autor daquele pernicioso livro político, As viagens de Gulliver! E esse sujeito aqui é Charles Darwin, e este aqui é Schopenhauer, este outro é Einstein, e este aqui ao meu lado é o senhor Albert Schweitzer, um filósofo realmente muito gentil. Estamos todos aqui, Montag. Aristóteles, Mahatma Gandhi, Gautama Buda, Confúcio, Thomas Love Peacock, Thomas Jefferson e o senhor Lincoln, se você quiser. Somos também Mateus, Marcos, Lucas e João."

(BRADBURY, 2020, p. 167)

Por se tratar de memórias incalculavelmente preciosas e importantes, vemos a consciência dos personagens de que devem ser cultivadas e repassadas de forma que, ainda que não façam diferença palpável no tempo em que se encontram, venham a transformar o futuro:

“[...] _Quando a guerra terminar, talvez possamos ser de alguma valia para o mundo.

_Vocês realmente acham que eles ouvirão?

_Se não ouvirem, teremos simplesmente de esperar. Passaremos os livros adiante a nossos filhos, de boca em boca, e deixaremos que nossos filhos, por sua vez, sirvam a outras pessoas. É claro que muito se perderá dessa maneira. Mas não se pode *obrigar* as pessoas a escutarem. Elas precisam se aproximar, cada uma no seu momento, perguntando-se o que aconteceu e por que o mundo explodiu sob seus pés. Isso não irá demorar.”

(BRADBURY, 2020, p. 168)

Na contemporaneidade, Virgínio (2018) usa o termo “dispositivo” para explicar uma característica importante que compõem as bibliotecas. Assim como diversos termos já utilizados neste trabalho, a palavra “dispositivo” não conta aqui com uma definição, mas com um conceito, que procura esclarecer a relação ambivalente que pode ser assumida pela biblioteca, contrariando o teor monológico que essa instituição tende a carregar graças às suas circunstâncias originais já apresentadas anteriormente.

De acordo com a autora, ao longo dos anos se permitiu utilizar o termo dispositivo no âmbito das ciências para tratar de processos relacionados a uma imensidão de possibilidades, desde fenômenos socioantropológicos a aspectos relacionados à mídia e tecnologia.

O sentido adotado pela autora oferece dois pólos por onde transitam a ação da biblioteca, que oferece limites e possibilidades ao mesmo tempo, que coage e fornece liberdade ao usuário ao mesmo tempo. A biblioteca atua como dispositivo quando fornece significado ao usuário, ao mesmo tempo em que recebe significados desses mesmos indivíduos, possibilitando trocas e atuações de ambas as partes.

O discurso monológico antes disseminado pela instituição biblioteca agora assume um discurso dialógico, onde conhecimento, informação e significados atuam juntos. Nesse contexto, a oralidade é um importante suporte, por diminuir barreiras e fornecer uma comunicação acolhedora envolvendo os usuários e a instituição. É nesse contexto que projetos como o de Biblioteca Humana surgem.

Em 1993, na Dinamarca, nasce a Organização Não-Governamental Stop the Violence (Pare com a violência), criada pelos jovens Ronni Abergel, Dany Abergel, Christoffer Erichsen e Asma Mouna, com o intuito de combater violências motivadas por discursos de ódio e atos preconceituosos.

Uma das ações de conscientização desenvolvidas por essa organização foi o primeiro projeto de Biblioteca Humana, implantado perante um convite para

participação no Festival *Roskilde* na capital da Dinamarca, Copenhague, no ano 2000. Por apresentarem um público diverso, os organizadores do evento acharam que seria interessante a realização de atividades que estimulassem o diálogo e a compreensão de realidades alheias (MOREIRA; SILVA, 2021, p. 22).

A Biblioteca Humana¹, então, é um projeto apresentado para incentivar trocas de experiências de vida entre indivíduos de diversos países, com histórias igualmente distintas e especiais à sua maneira. Nesse projeto, os livros são as pessoas, que, por meio da verbalização de seus conteúdos em um período de 30 minutos, deixam os “leitores” a par de suas realidades, dos empecilhos enfrentados em suas jornadas, das motivações que os fazem seguir em frente, abrindo espaço para que essas pessoas, além de adquirirem conhecimentos sobre diferentes realidades, alcancem um crescimento pessoal e passem a agir e pensar de maneiras diferentes quanto aos preconceitos que possam ter composto suas personalidades até então, tudo isso por um meio de informação não usual, aberto à críticas e interações do leitor, enriquecendo o debate do conhecimento.

O evento original operou por 4 dias corridos, funcionando por 8 horas ao dia, com um acervo de mais de 50 livros humanos. Hoje em dia, o projeto de Biblioteca Humana possui 23 anos de existência e, o que começou como uma iniciativa na Dinamarca, está presente em seis continentes, 85 países ao todo. (HUMAN LIBRARY, 2023)

De acordo com Almeida & Hortas (2021), a Biblioteca Humana foi reconhecida pelo Conselho da Europa em 2003, por seus esforços no combate a preconceitos. Os autores reforçam a importância do diálogo para um melhor entendimento das relações humanas e o papel da biblioteca como organismo vivo responsável pela mediação entre leituras e leitores. Paulo Freire é citado graças a sua percepção de que a leitura do mundo antecede a leitura da escrita. Diante disso, o processo de leitura deve seguir um caráter mútuo, por onde a aprendizagem opera para ambos os lados.

A importância do diálogo também foi um argumento utilizado por um dos desenvolvedores do projeto original da Biblioteca Humana, Ronni Albergel, que apresenta o seguinte questionamento desencadeador: “Como poderemos nos entender se não tivermos a oportunidade de conversar uns com os outros?”. Para

¹ <https://humanlibrary.org/>

esses autores, os benefícios que podem surgir desses diálogos não são direcionados apenas aos ouvintes, mas também aos livros humanos, que, por meio da verbalização de suas jornadas, podem sentir segurança e orgulho de suas trajetórias. (ALMEIDA; HORTAS, 2021, p. 415). A comunicação e a troca de experiências se apresenta aqui como possível solução para diversos problemas que levavam a violência física e moral desencadeada, mas também para o fortalecimento de narrativas que até então não possuíam tanta voz.

Para Moreira & Silva (2021), os objetivos buscados pelas iniciativas de Biblioteca Humana corroboram com os propósitos que buscam ser alcançados por meio da Agenda 2030 da ONU, no tocante de buscar “promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 2) por meio da “[...] compreensão intercultural, a tolerância, o respeito mútuo e uma ética de cidadania global e de responsabilidade compartilhada” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2030, 2015, p. 10). Esses argumentos possuem fundamento, pois os objetivos da Biblioteca Humana estão intimamente ligados à garantia dos direitos humanos, bem como à manutenção da dignidade da pessoa humana por meio da desconstrução de estereótipos e preconceitos, objetivos que dialogam com os conceitos de educação social e intervenção da comunidade. (ALMEIDA; HORTAS, 2021, p. 416)

Goebel (2011) ressalta que os conhecimentos adquiridos por meio de conversas como as realizadas nas Bibliotecas Humanas dificilmente podem ser adquiridos de outra forma, uma vez que representar, com um rosto, estereótipos e preconceitos move as pessoas a pensar de maneira diferente.

O trabalho de Goebel (2011) trata da implantação de uma Biblioteca Humana no contexto universitário, ação essa, que de acordo com a autora, vem se tornando cada vez mais comum nesses ambientes. Como apontado anteriormente, o projeto inicial de Biblioteca Humana sofre adaptações de acordo com as necessidades correccionais de cada comunidade, de forma que, no caso da Biblioteca Humana da Augustana University abordada por Goebel, os princípios gerais do projeto original são respeitados, sendo as alterações especialmente direcionadas à escolha dos livros humanos, que a partir daqui não precisam especificamente relatar histórias relacionadas ao preconceito que sofreram, podendo fugir dessa margem e “simplesmente” apresentar suas jornadas significativas.

Um dos aspectos mais interessantes sobre a maneira que opera a Biblioteca Humana da Augustana University é que ela ilustra perfeitamente a oralidade utilizada como fonte de informação acadêmica, uma vez que os alunos podem citar as narrativas adquiridas nos diálogos propostos em seus trabalhos, contando com a ajuda dos bibliotecários para informá-los sobre como referenciar esse tipo de fonte de informação. Para Goebel (2011) essas circunstâncias também abrem espaço para que os estudantes se questionem sobre o que é, de fato, a informação.

Outro aspecto apresentado pela autora, que é inovador nesse modelo de Biblioteca Humana, diz respeito às interações entre os estudantes e os bibliotecários mediadores. Isso porque os “leitores” podem entrar em contato com esses profissionais caso queiram saber mais informações sobre os livros humanos, possibilitando uma orientação que os auxilie a aumentar suas habilidades de pesquisa e em suas consequentes alfabetizações informacionais (GOEBEL, 2011, p. 162).

O papel do bibliotecário como mediador entre a informação e o usuário evidentemente não emerge no contexto da Biblioteca Humana. Gomes (2014) afirma que essa função surge no momento em que se originaram diversas funções emergenciais para lidar com a grande massa de conteúdos cuja imensidão nunca antes havia sido presenciada, o fenômeno de explosão informacional consequente do prestígio e impulso das atividades de cunho científico, os avanços tecnológicos e as disputas econômicas e políticas já citados anteriormente como explicação para o surgimento da própria Ciência da Informação.

A autora ressalta que a mediação nesse contexto possui fortes relações com os estudos de usuários, pois esse processo depende de uma íntima ligação com a vida, com a assimilação de sentidos, por isso a mediação da informação nasce na interação social, sendo a linguagem aspecto essencial por “sustentar a experiência humanizadora do viver em comum, do conviver.”

Para Gomes (2014), o processo de construção de sentidos, a maneira como os indivíduos enxergam a si mesmos, aos outros e à sociedade como um todo são dependentes das experiências que viveu até ali e das percepções que criou acerca dessas experiências, sendo as interações entre indivíduos um aspecto essencial a ser considerado no processo de mediação:

“Não há possibilidade de efetividade na mediação quando se negligencia que a comunicação lhe é cara, quando se deixa de considerar que há uma

relação em curso entre os sujeitos da partilha e os sujeitos mediadores dessa partilhar, na interação entre esses diferentes “outros”, o “outro” mediador é o terceiro que age com, estimulando o colocar em comum, favorecendo o fazer com o “outro”, realizando e fomentando a ação do compartilhamento dos saberes.”

(GOMES, 2014, p. 156-157)

Outro aspecto importante apontado por Gomes (2014) trata do trabalho de mediação aplicado sob duas dimensões distintas. A dimensão da mediação, que considera o objeto informação e sua materialidade, visa à realização dessa atividade, atentando-se à organização, disseminação, divulgação e especialmente recuperação de informações do acervo aos usuários. Outra dimensão de igual importância considera os aspectos imateriais do objeto informação, possui conexões com uma diversidade cultural e direciona seu foco ao processo de assimilação das informações por parte do usuário. Para que a tarefa de mediação seja apropriadamente cumprida na biblioteca, ambas as dimensões precisam estar em consenso.

Moreira & Silva (2021) apontam a mediação como atividade essencial para o alcance dos objetivos da biblioteca junto aos usuários, sendo o trabalho do bibliotecário procurar atender a esses indivíduos usando dos melhores recursos disponíveis que possam vir a sanar suas necessidades informacionais, sendo o acervo atualizado e diverso um aspecto importante, e sendo de igual importância a busca por maneiras alternativas de compartilhamento de informações, como os projetos de Biblioteca Humana.

Moreira & Silva (2021) declaram não serem apresentadas muitas iniciativas de projetos de Biblioteca Humana no Brasil, o que priva as comunidades do país de se verem diante de um trabalho que fomenta uma maior sensibilidade e empatia quanto à realidades marginalizadas, além de incentivos, não apenas intelectuais, mas de desenvolvimento cultural e social, tudo isso impulsionado por uma atividade que parece cotidiana e trivial, mas que possui cunho vulnerável e pode levar a grandes transformações por meio da comunicação de duas vias, o diálogo.

Essas autoras defendem um programa de implantação de Bibliotecas Humanas no contexto da biblioteca pública, um argumento largamente utilizado em se tratando desse tipo de projeto devido à natureza ampla e os propósitos de

contribuir para uma coletividade social atribuídos às bibliotecas públicas, que abrem espaço para um debate sobre temáticas pouco dialogadas.

Visando contribuir para esse cenário, as autoras apresentam um plano de projeto de Biblioteca Humana que pode ser adotado, não apenas para quando implantado em bibliotecas públicas, mas também sob outras adaptações do projeto original. As autoras indicam que seja feito, antes da tomada de qualquer decisão acerca do projeto, um teste que certifique o nível de aceitação do público alvo quanto à possibilidade do projeto. Essa etapa pode ser realizada por meio de questionários com os usuários, com perguntas que levantem informações como faixa etária do público, diversidade de gênero, nível de escolaridade e, por fim, se possuem interesse em participar do projeto de Biblioteca Humana e quais temáticas são de seu interesse, sendo que essa última questão pode ser limitada por uma lista de temas pré-estabelecidos, abertos à votação. Outro aspecto importante levantado pelas autoras quanto à temática é o estudo de quais temas possuem necessidade social de serem debatidos por essa comunidade, a fim de que os diálogos possam de fato causar impactos e reflexões aos participantes.

Algumas outras ponderações iniciais podem ser levadas em consideração, como a delimitação do espaço onde será realizado o evento, uma análise sobre estruturas, quantas pessoas podem ser comportadas no espaço, bem como a aceitação, que não deve ser considerada apenas por parte do usuário, mas também dos organizadores e setores envolvidos.

Uma vez considerados esses aspectos, uma atenção especial deve ser cedida à escolha dos Livros Humanos. Narrativas interessantes podem ser encontradas em ambientes diversos, porém as autoras apontam como enriquecedora a tentativa de se inserir indivíduos frutos de parcerias com universidades que possuam experiência com projetos sociais ou pesquisas que envolvam a temática, podendo assim apresentar argumentos de cunho teórico e prático ao mesmo tempo. Apesar de se tratar de um pensamento significativo, é importante ressaltar o caráter diverso que deve ser aplicado, não apenas aos leitores desse tipo de projeto, mas também aos livros escolhidos, que para englobar as diversas percepções que envolvem qualquer assunto que vá ser abordado, não pode contar apenas com pessoas do meio acadêmico.

Quanto à seleção e orientação dos livros humanos, Goebel (2011) também oferece dicas proveitosas. A autora relembra que, para alguns dos livros humanos, o

momento do projeto pode ser a primeira vez em que verbalizam suas experiências e histórias, para pessoas que lhe podem ser familiares ou não, o que pode trazer algumas inseguranças. Para sanar algumas delas, a autora sugere que os pontos principais da história sejam listados de uma maneira que possam ser consultados em tempo real pelos livros, assim como respostas chave à perguntas que lhe possam ser desconfortáveis. A autora ressalta que os livros humanos devem estar também envolvidos quanto à criação de um título e resumo para suas histórias, de forma que se torne mais atrativa aos possíveis leitores.

Outro aspecto importante tratado é quanto à remuneração aos livros humanos. Assim como no projeto original, as Bibliotecas Humanas operam com voluntários, que, em geral, não são pagos pelo trabalho que desempenham, apesar de poderem receber auxílio de despesas ou presentes em agradecimento.

Moreira & Silva (2021) pontuam, por fim, a importância de uma boa divulgação do projeto, por meio de folders, cartazes e outros métodos convencionais e físicos, se fazendo presente também no meio digital, em sites, e-mails e redes sociais. Ao final do projeto, é interessante a resposta de outro questionário por parte dos usuários, contendo suas opiniões e sugestões para futuras realizações, mantendo assim o trabalho da Biblioteca Humana em consonância com o público que busca atender.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi estruturada a partir de uma revisão de literatura pautada especialmente nas bases de dados Brapci, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e Google acadêmico, além de apresentar fundamentos de livros adquiridos por busca no catálogo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE.

Os termos buscados foram primeiramente “oralidade”, isoladamente e também em conjunto com “informação”. Posteriormente também foram buscadas intersecções entre “oralidade” e “escrita”, “oralidade” e “memória”, “memória” e “comunidade”, e por fim, “bibliotecas humanas”. Ao decorrer do trabalho, também foram analisadas as bibliografias dos trabalhos mais pertinentes, a fim de encontrar suas fontes de inspiração.

A melhor forma que se encontrou para abordar o recorte deste trabalho foi por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo. Creswell (2007) expõe a pesquisa qualitativa como composta por métodos múltiplos com características interativas e humanísticas, buscando o envolvimento ativo dos participantes do estudo a fim de incluir certa sensibilidade, podendo apresentar como método de coleta de dados observações abertas, análise de documentos e entrevistas.

Dessa forma, o estudo de caso se apresenta como melhor estratégia para cumprir esses requisitos. De acordo com Yin (2001), um estudo de caso é uma estratégia empírica que investiga algum fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real. Além disso, por ter sido permitida a participação em uma edição do evento estudado para maiores conclusões, essa pesquisa apresenta resultados oriundos de uma observação participante, que, também de acordo com Yin (2001), trata-se de uma modalidade em que o pesquisador não ocupa apenas o papel de observador passivo, mas se vê diante da possibilidade de participar dos eventos que estão sendo estudados.

6 ESTUDO DE CASO: Projeto Biblioteca Humana da Câmara dos Deputados

Por meio de breve busca pela ferramenta de pesquisa Google com o objetivo de encontrar projetos de Biblioteca Humana no Distrito Federal, apesar da escassez de resultados úteis por não se tratar de um projeto difundido da maneira que deveria, é possível localizar uma divulgação da biblioteca no site da Câmara dos Deputados². A divulgação inicial de dois parágrafos apresenta a Biblioteca Humana, um evento sob responsabilidade da Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, baseado em um programa original desenvolvido pela ONG Stop the Violence em Copenhague, Dinamarca, no ano de 2000. O evento é introduzido como uma variação do projeto original, que, após ser difundido por diversos países, inclui a América Latina nessa pluralidade, ganhando seu próprio formato de acordo com o espaço disponível e os objetivos da equipe da Câmara dos Deputados.

Abaixo da introdução se encontram dois hiperlinks que indicavam à época a existência de duas edições do evento. Os hiperlinks levam a uma página para cada

² <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/eventos/biblioteca-humana>

edição, realizadas em 2017³ e 2018⁴, suas respectivas introduções e temáticas, bem como os nomes e resumos dos livros participantes de cada edição, com fotos do evento ao final.

Também pelo Google foi localizado o e-mail da instituição, por onde foi estabelecido contato para mais informações acerca do evento, que seriam usadas com o propósito de acrescentar a este trabalho de monografia como estudo de caso. O email de retorno chegou logo no dia seguinte por parte do servidor Jair Francelino Ferreira da Seção de Disseminação da Informação da Coordenação de Biblioteca (Sedin/Cobib), que foi o organizador de ambas as edições da Biblioteca Humana.

No primeiro contato, o servidor não apenas avisou que, coincidentemente, o evento de terceira edição, aberto ao público, seria realizado no mesmo período da presente pesquisa, meados de outubro de 2023, como forneceu todos os documentos que possuía até então sobre todas as edições do evento, tais como os projetos que foram apresentados para aprovação do evento, textos de divulgação, chamada de voluntários para participar como livros humanos e fotos dos banners e folhetos do projeto. Esses documentos foram usados como base para a formulação desse estudo de caso.

6.1 Experiências de vida de servidores: Biblioteca Humana, 1ª edição

Em 28 de outubro de 1939, ainda sob a presidência de Getúlio Vargas, foram estipuladas as leis e deveres relacionados aos servidores públicos. Essa data, que compõe o artigo 236 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, viria futuramente a representar o dia do servidor público, uma data comemorativa em homenagem ao apoio constante desses profissionais à manutenção da cidadania e democracia brasileira (BRASIL, 2021).

O evento de Biblioteca Humana analisado neste trabalho emerge no contexto das comemorações do dia do servidor público, sendo o projeto de sua primeira edição apresentado em 2017, tendo como responsável a Seção de Disseminação da Informação – Sedin/Cobib, com colaboração da direção e demais setores da Cobib,

3

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/eventos/experiencias-de-vida-de-servidores>

4

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/imagens/biblioteca-humana-historias-da-constituinte>

carregando como título “Projeto Biblioteca Humana – 1ª edição: Venha “ler” um servidor!”⁵.

6.1.1 O projeto da primeira edição - 2017⁶

Na justificativa do projeto, os autores apontam como inspiração a Biblioteca Humana desempenhada em Copenhague, Dinamarca, cuja trajetória já foi debatida anteriormente. A ideia de livros humanos alcançou tamanha influência após o projeto bem sucedido da ONG Stop the violence, que se espalhou pelo mundo, adaptando-se a diversas particularidades de acordo com a comunidade a ser atendida, podendo até abandonar o título de Biblioteca Humana e ser referido como Biblioteca Viva ou Livros Vivos, apresentando, entretanto, propósito semelhante: colaborar com a aproximação e interação por meio da humanização das atividades desempenhadas no âmbito bibliotecário.

Para os organizadores do projeto, no contexto de Biblioteca Humana, a ação do bibliotecário é essencial como em todos os outros formatos de biblioteca, mantendo até os mesmos modelos de organização do trabalho, porém aplicados aos “Livros Humanos”: facilitar e registrar empréstimos, consultar disponibilidades e fazer reservas. O processo de seleção de “boas literaturas” é adaptado na Biblioteca Humana por meio de entrevistas para selecionar os melhores conteúdos, assim como o suporte na preparação do testemunho dos voluntários selecionados.

O projeto aponta ainda que as Bibliotecas Humanas estão mais presentes na esfera das bibliotecas públicas graças ao seu ambiente diverso e propenso à realização de projetos igualmente variados. Podemos notar, porém, as Bibliotecas Humanas como proposta ampla e adaptável, já desempenhada inclusive em eventos como o Rock in Rio de Lisboa em 2004. Apesar de se ajustar de acordo com as particularidades da comunidade atendida, podendo compor a gama de atividades de grandes eventos como esse, as Bibliotecas Humanas em geral mantêm aspectos comuns: funcionam em um ambiente aberto, acolhedor, que transmita segurança aos livros e aos leitores (como o próprio ambiente da biblioteca), mantendo o período de “empréstimo” entre 20 e 30 minutos, podendo ou não contar com um

⁵ Documento interno cedido pela Seção de Disseminação da Informação da Câmara dos Deputados com autorização para publicação.

⁶ Documento interno cedido pela Seção de Disseminação da Informação da Câmara dos Deputados com autorização para publicação.

roteiro, sendo que, na ausência deste, pode funcionar como um diálogo com os leitores.

Sendo assim, atendendo a suas próprias especificidades, a Biblioteca da Câmara dos Deputados traz o projeto de Biblioteca Humana como uma maneira de se aproximar humana e proativamente de seus usuários, expondo o papel da biblioteca, que, muito além de um lugar responsável pela guarda e empréstimo de livros, constitui um espaço de intersecção de pessoas, que acumulam conhecimento, sim, pelo contato com o acervo físico de livros e periódicos, mas também com o apoio dos acervos não tradicionais e por meio da oralidade.

A escolha de participar dos eventos propostos pela casa para o dia do servidor, bem como a escolha do tema baseado nos servidores e suas trajetórias, oferece à Câmara dos Deputados a oportunidade de fortalecer os laços entre pessoas que exercem juntos suas atividades profissionais, usuários preferenciais da Biblioteca da Câmara, e que, no cumprimento de suas atividades de suporte às atividades legislativas desempenhadas no órgão, não encontram tempo para interagir e trocar experiências com os profissionais de setores alheios aos seus. Além de tudo isso, uma experiência interna de Biblioteca Humana permite aos bibliotecários e membros colaboradores a realização de um teste do projeto em uma escala mais controlada, uma vez que faz parte dos planos dos organizadores a elaboração de edições futuras que insiram a sociedade no corpo participativo do evento.

Sendo assim, é apresentado como objetivo geral do projeto a promoção de uma interação entre a Biblioteca da Câmara dos Deputados e seus usuários por meio da valorização do aspecto humano da atividade bibliotecária, sendo seus objetivos específicos a inserção da Biblioteca da Câmara como setor protagonista nas atividades de comemoração do dia do servidor público e a colaboração para o fortalecimento da empatia por meio da possibilidade de trocas de conhecimentos e vivências entre os servidores da casa.

Uma vez expostas as devidas contextualizações e justificativas, os organizadores apresentam os procedimentos metodológicos que seriam aplicados à realização do projeto. O primeiro passo condiz com a seleção dos “livros humanos”. Foi estipulado inicialmente a escolha de 4 a 6 servidores, efetivos ou aposentados, que iriam se dispor a contar experiências de suas vidas, sejam estas relacionadas à suas trajetórias na Câmara ou não. As experiências poderiam ser tais como:

- a) Histórias pessoais/familiares de superação;
- b) Episódios interessantes presenciados em sua atuação na Câmara;
- c) Atividades paralelas ao serviço na Câmara dos Deputados, de cunho artístico, cultural, comunitário, político, religioso, etc.;
- d) Projetos e atividades pós- aposentadoria.

Uma vez estabelecidas as experiências procuradas, uma série de ações passam a ser desempenhadas:

1. É enviado um convite aos servidores da Câmara, usando os meios de comunicação da casa (e-mails, informes) ou contatos pessoais, para chamá-los para serem voluntários como livros humanos no evento;
2. Posteriormente são realizadas entrevistas com os servidores que se aplicarem para desempenhar o papel de livro humano, e, por meio desta avaliação, são selecionados os participantes da edição;
3. É realizada uma espécie de treinamento e suporte aos livros humanos para que consigam encaixar seus relatos no espaço de tempo estipulado pelo evento (20 minutos neste caso);
4. São preparados "catálogos" e "capas" que contenham o título da história a ser contada, bem como o nome de seu respectivo autor (o Livro Humano em questão);
5. É reservado o espaço em que será realizado o evento (Nesse caso, o Salão de Leitura da Biblioteca da Câmara) e requisitadas as devidas aparelhagens de som. Nesta etapa também constam a encomenda de lanches para serem servidos na data estipulada;
6. Uma vez certos da realização de todas essas etapas, é divulgado o evento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Passadas as preocupações pré-evento, o projeto debate os preparativos para sua efetiva realização. A previsão seria de que o evento se realizasse no dia 26/10/2017, no Salão de Leituras da Biblioteca, no período das 14h às 18h, sendo que a data e os horários poderiam ser alterados desde que se mantivessem na semana do Dia do Servidor, data esta que, à época, cairia no sábado.

No dia do evento:

1. Estariam dispostas pelo salão mesas com cadeiras para comportar os livros humanos e seus leitores. Certo espaçamento precisa ser respeitado de forma que os diálogos de uma mesa não interfiram nos realizados em outra.
2. De início, o mestre de cerimônias informaria a dinâmica do evento, deixando os leitores a par das “leituras” disponíveis para que pudessem escolher as que melhor lhe agradarem, sendo posteriormente direcionados pela equipe organizadora até o livro de sua escolha, podendo manter uma interação com os narradores por um período de até 25 minutos.
3. Também o mestre de cerimônias ficaria responsável por avisar o final de cada sessão, podendo ser feitas até 3 rodadas de leitura para que os usuários possam escutar os relatos e interagir com outras histórias.
4. Ao final da terceira rodada de leitura, seria realizado o encerramento do evento com um lanche para a confraternização dos participantes.

6.1.2 Venha ler um servidor!⁷

Como assentado no projeto inicial, a primeira edição do evento de Biblioteca Humana ocorreu no dia 26 de outubro de 2017, uma quinta-feira, com uma mudança de horário, que passou a ser das 15h às 17h, ainda no Salão de Leitura da Biblioteca, localizada no anexo II da Câmara. O resumo consta no site do órgão na seção de Biblioteca Humana, onde pode ser encontrado o seguinte catálogo de histórias que compuseram o evento:

- “Carla Chaves - *Câmara dos Deputados: da chegada à saída, uma história pra contar*

A servidora fala sobre suas dúvidas e anseios ao entrar na Câmara e de sua experiência atual no DRH na preparação de colegas para a aposentadoria.

- Carolina Van der Linden Cannalonga - *Tenho câncer – e agora?*

Relato de superação de uma servidora que recebeu diagnóstico de câncer de mama aos 34 anos.

7

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/eventos/experiencias-de-vida-de-servidores>

- Diógenis Santos e Eduardo Mayer Aquino - *CD-Cidadania: de Brasília ao Sertão*

Relato dos servidores sobre o trabalho assistencial do CD-Cidadania, especialmente sobre as experiências que viveram na atuação do grupo em situações emergenciais no sertão nordestino.

- Fabyola Lima Madeira - *Biblioterapia – a contação de histórias como remédio para a alma*

A servidora relata sua experiência como participante-fundadora de um grupo de contadores de histórias que atua no Hospital de Base de Brasília.

- Jairo Luis Brod - *Educação ambiental por meio de ações recreativas e doação de mudas de árvores*

Relato do servidor sobre suas ações ambientais e distribuição de mudas como atividade incorporada ao cotidiano em todos os setores da vida: no trabalho, em casa, na comunidade.”

- Simplicio Luiz Leandro dos Santos - *Computador e servidor – a convivência que deu certo!*

Relato da participação do servidor no grupo de tarefas que comandou a introdução da informatização da Câmara dos Deputados, com histórias engraçadas de sua interação com os usuários.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Figuras 1 e 2 - Equipe da primeira edição de Biblioteca Humana



Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

Figuras 3 e 4 - Reunião entre leitores e livros humanos da primeira edição



Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

Entre os documentos cedidos pelo organizador para o estudo deste projeto, consta o texto de divulgação pós-evento, que expõe aos servidores um resumo do evento e algumas conclusões a que puderam chegar os organizadores com a realização de um projeto como este:

“ BIBLIOTECA HUMANA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS⁸

No dia 26 de outubro, a Biblioteca da Câmara dos Deputados apresentou o evento Biblioteca Humana, em seu Salão de Leitura. Lançada em 2000 em Copenhagen, Dinamarca, a ideia da Biblioteca Humana é reunir pessoas interessadas em dividir experiências de vida.

Foram selecionados seis voluntários dentre os servidores da Câmara dispostos a compartilhar com os colegas histórias pessoais de superação, episódios curiosos presenciados em sua atuação na Câmara, e atividades paralelas de cunho cultural, comunitário e assistencial.

Distribuídos em seis mesas no Salão, os “livros humanos”, narrariam simultaneamente, sua história para um grupo de até 5 “leitores”, de forma intimista e descontraída, em duas rodadas de “leitura”. A procura, entretanto, foi maior do que esperávamos e tivemos de abrir mais vagas para alguns “livros humanos”.

A história contada pela nossa colega da Seção de Análise e Representação da Informação, Fabyola Lima Madeira, que relatou sua experiência como participante-fundadora de um grupo de contadores de histórias que atua no Hospital de Base de Brasília, chegou a ter nove ouvintes na segunda rodada do evento.

⁸ Documento interno cedido pela Seção de Disseminação da Informação da Câmara dos Deputados com autorização para publicação.

Embora não se trate de iniciativa pioneira em Brasília, tendo em vista que outras instituições já realizaram projetos similares exitosos, o evento sinaliza um novo momento na administração da Biblioteca da Câmara dos Deputados, que tem procurado cada vez mais humanizar a atividade bibliotecária. Os ganhos para a instituição e para os participantes foram variados, desde a promoção da empatia até a abertura do espaço para outros usos, além dos tradicionais. Usuários afastados da Biblioteca se sentiram novamente atraídos ao espaço ao desfrutar de novas possibilidades.”

Diante de ambos os documentos, podemos concluir que o formato de projeto inicialmente apresentado pelos organizadores é viável, uma vez que poucas alterações precisaram ser feitas para a realização do evento na semana do servidor. Ainda que se tratasse de um projeto novo e não muito difundido, não apenas foi bem recebido pelos servidores que o acessaram, como causou uma procura acima da esperada, sendo necessárias alterações no número de ouvintes em uma das histórias. Os testemunhos selecionados pelos organizadores eram diversos, possuíam interessantes histórias de cunho pessoal, podendo oscilar entre histórias de superação e bem humoradas, apresentando intrigantes jornadas e interesses ligados aos servidores, e com certeza contribuíram para a interação e empatia entre os servidores como proposto no objetivo do projeto inicial.

6.2 O projeto da segunda edição - 2018⁹

O documento apresentado como projeto da segunda edição do evento Biblioteca Humana é mais enxuto do que o apresentado para expor os objetivos do evento de primeira edição. Os propósitos e inspirações não precisavam ser apresentados de forma diferente da resumida, tendo em vista que já foram devidamente anunciados anteriormente, sendo mais importante na composição deste segundo projeto a exposição dos resultados positivos do evento anterior, bem como seus diferenciais quando comparados à edição anterior.

Sendo assim, o projeto anterior é lembrado como composto por 6 servidores voluntários que se dispuseram a expor suas experiências pessoais de

⁹ Documento interno cedido pela Seção de Disseminação da Informação da Câmara dos Deputados com autorização para publicação.

superação, episódios curiosos presenciados na Câmara, assim como relatos de suas atividades paralelas de cunho cultural, comunitário e assistencial.

Foram dispostas, então, seis mesas pelo espaço da Sala de Leitura, cada uma comportando um dos “livros humanos” que compartilhavam seus relatos com pequenos grupos de pessoas, de maneira íntima e descontraída. Dessa maneira, foram realizadas duas rodadas, finalizando o evento como um sucesso aos organizadores, que consideraram a realização da Biblioteca Humana no espaço da Câmara dos Deputados um projeto de ganhos diversos, tanto aos participantes quanto à instituição, que, a partir dali, ganhou mais um instrumento para a promoção da empatia e interação, além de ter proporcionado à Biblioteca a abertura de suas portas para a utilização do espaço com propósitos além dos tradicionais. Graças a esse projeto, usuários que se encontravam afastados da biblioteca se sentiram atraídos novamente a fim de desfrutar de novas possibilidades.

Em frente a resultados tão positivos na primeira edição do evento, a segunda edição da Biblioteca Humana é apresentada ainda como componente das comemorações do Dia do Servidor, com o diferencial de unir à sua temática a celebração do aniversário da Constituição Federal, que à época completava seus 30 anos. Na tentativa de concatenar ambas as celebrações em uma temática a ser dialogada, os servidores selecionados apresentariam experiências pessoais vividas no âmbito dos bastidores da Assembleia Constituinte.

Após a queda do regime militar que perdurou por 21 anos, em 5 de outubro de 1988, a promulgação da Constituição cidadã se tornou o principal símbolo do processo de retorno à democracia no Brasil. A ela foram incorporados mecanismos que garantem a liberdade de pensamento dos cidadãos, bem como que asseguram o impedimento de abusos de poder por parte do Estado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

A Assembleia Nacional Constituinte a que refere-se a temática da segunda edição de Biblioteca Humana na Câmara se refere ao órgão colegiado convocado em 1985 pelo então presidente José Sarney, que contou com a participação de 559 parlamentares, além de dispor também da intensa colaboração da própria sociedade. A Assembleia trabalhou por 20 meses, e durante 5 meses, esteve aberta à sugestões enviadas via formulário por correio contendo as percepções e ideias de cidadãos e entidades representativas. Nesse período, foram coletadas 72.719

sugestões por parte dos cidadãos, além de 12.000 sugestões dos constituintes e de entidades representativas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 vieram a garantia de importantes direitos fundamentais, como na área da saúde por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no impacto para criação de legislações posteriores como o Código de Defesa do Consumidor e leis de defesa do meio ambiente como a Lei das águas e a Lei dos crimes ambientais, além de ampliações nas áreas de atuação relacionadas à educação, enfatizando a melhoria da educação rural, bem como o auxílio às crianças com deficiência e à população indígena nesse quesito e de maneira geral.

Em comemoração aos 30 anos dessa revolução legislativa, as narrativas dialogadas nesta edição da Biblioteca Humana deveriam abordar desde os debates e votações históricas até episódios únicos e inusitados, picarescos, que pudessem vir a ser considerados interessantes ou divertidos aos leitores e que tivessem sido experienciados pelos servidores da Câmara dos Deputados.

O evento desta vez seria realizado no dia 5 de novembro, segunda-feira, das 14h às 16h, ainda no Salão de Leituras da Biblioteca, sob o mesmo formato anterior, contando com duas rodadas de narrativas, sendo os leitores redistribuídos de acordo com “inscrições” realizadas no início do evento. O lanche para confraternização ao final também seria oferecido.

6.2.1 Histórias da constituinte¹⁰

O evento da segunda edição seguiu os planos do projeto e ocorreu no dia 5 de novembro, segunda-feira, das 14h às 16h, no Salão de Leitura onde ocorreu o evento anterior, dessa vez sob a temática também de comemoração aos 30 anos da Constituição Federal. A Biblioteca Humana contou com um acervo de 5 livros humanos que contaram seus relatos relacionados à Assembleia Constituinte. No link que direciona à página que relata o evento de segunda edição no site da Câmara, pode-se encontrar o seguinte resumo dos livros da edição:

10

- Dilsson Emílio Brusco, servidor aposentado, coautor do livro O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional. Trabalhou na seção de Documentos Legislativos na época da Constituinte.
 - Suelena Pinto Bandeira, ex-diretora do Centro de Documentação e Informação, aposentada. Atuou na Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Constituinte.
 - Daniel Ventura, ex-diretor da Edições Câmara, aposentado. Atuou no Gabinete da Presidência da Assembleia Nacional Constituinte.
 - Fernando Saboia, trabalhou na Consultoria Legislativa durante a Constituinte e hoje é Secretário-Geral da Mesa Adjunto.
 - Maurício da Matta, ex-chefe da Seção de Projetos da Coordenação de Arquitetura e Engenharia (CAENG) no período constituinte e hoje é aposentado.”
- (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

Figuras 5 e 6 - Equipe da segunda edição de Biblioteca Humana



Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

Figuras 7 e 8 - Reunião entre leitores e livros humanos da segunda edição



Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

6.3 O projeto da terceira edição - 2023¹¹

No evento da segunda edição, foi aproveitada uma temática pertinente e interessante junto às comemorações do Dia do Servidor ressaltadas no projeto de Biblioteca Humana. Tendo sido essa última edição realizada em 2018, a terceira edição toma forma e reúne condições para a retomada do projeto em 2023, cenário pós-pandêmico e especialmente pós-eleitoral, tendo como temática dos depoimentos um evento trágico fruto do cenário efervescente após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mantendo a temática do evento atualizada e em consonância com a realidade dos trabalhadores do órgão, a terceira edição engloba os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023, quando vândalos invadiram as sedes dos Três Poderes da República com propósitos anti-democráticos, causando à Câmara dos Deputados milhões em danos, que incluíram estragos feitos ao espaço arquitetônico, a objetos e maquinário, além de depredações ou completa destruição de obras de arte.

Nos dias que se seguiram a essa situação, os profissionais começaram a árdua tarefa de, não tão facilmente quanto destruir, reparar os danos sofridos à casa. A Biblioteca Humana traz então em seu mais novo projeto a possibilidade de compartilhamento de vivências dos servidores e terceirizados que fizeram parte do corpo de contenções e reparações dos atos de vandalismo, fornecendo inúmeras faces de um acontecimento tão inédito e traumático.

O sucesso alcançado na realização das duas edições anteriores aparece na gama de justificativas do projeto, que anteriormente trouxe ganhos, não apenas relacionados ao crescimento e impacto individual aos participantes, mas também ao espaço da Biblioteca, que ganha visibilidade também para outros projetos de caráter educativo não tradicional como o Clube da Leitura, o Encontro com o Autor e a Biblioteca Convida.

Apesar da pausa por questões logísticas que causou uma descontinuação no projeto, especialmente tendo em vista as limitações trazidas pela pandemia de Covid-19, a retomada do projeto, e carregando a temática elaborada acima, além de manter os benefícios já experienciados em outras edições, é combustível para as noções da democracia como instituição resistente, assim como também resiste a

¹¹ Documento interno cedido pela Seção de Disseminação da Informação da Câmara dos Deputados com autorização para publicação.

Câmara dos Deputados e os trabalhadores que nela operam, sendo a manutenção da realização do evento em meados do mês do servidor um importante acréscimo às interações, trocas de experiências e fortalecimento das noções de importância do desempenho de suas funções no órgão.

Sendo assim o objetivo geral do projeto é apresentar como, além de promover os aspectos humanos que permeiam a atividade bibliotecária como nas edições anteriores, o evento pode ajudar a fomentar a defesa das instituições democráticas em tempos onde ameaças como as ocorridas em 8 de janeiro podem tentar enfraquecer esse pilar. Os objetivos específicos se mantêm quanto ao incentivo a interação entre os servidores com o intuito de gerar trocas de conhecimento e empatia entre eles em uma data celebrativa como o Dia do Servidor, com um acréscimo de objetivo interessante, que trata não apenas da importância dos registros orais que serão adquiridos acerca de um momento dramático pertencente à história da democracia moderna brasileira, mas da possibilidade de ser gerado um documento escrito acerca desses depoimentos que compõem o acervo da Biblioteca Humana em sua terceira edição.

Esse último objetivo específico apresentado condiz com a proposta dos organizadores do projeto de elaboração de um livro, indo além nas formas de registro do evento que já eram adotadas, como fotos, vídeos e resumos postados nas mídias da Câmara. O conteúdo do livro seria composto por um histórico do evento em conjunto com os depoimentos cedidos pelos “livros humanos” da terceira edição.

Os depoimentos poderiam ser enviados pelos colaboradores da maneira que lhes forem mais conveniente, escrevendo ou narrando por áudio suas narrativas, cabendo ao setor Cobib/Sedin, na pessoa do servidor Jair Francelino, as responsabilidades quanto ao recebimento, compilação e organização geral do livro. O cumprimento desta etapa precisaria contar com a colaboração da Edições Câmara, editora oficial da Câmara dos Deputados e parceira tradicional da Biblioteca da Câmara, que ficaria responsável pelas áreas editoriais, pelo lançamento e distribuição do livro.

Voltando à parte do projeto que diz respeito aos preparativos para o evento, esta mantém o mesmo formato das edições anteriores visto que não houve necessidades de adaptações, foram bem sucedidos os cumprimentos de todas as etapas na realização dos eventos de Biblioteca Humana 1 e 2. É importante

relembrar que o convite aos servidores para servirem de voluntários como “livros humanos” consta nos preparativos iniciais do evento. Um dos documentos cedidos para o estudo desse projeto se trata do texto de chamada de voluntários:

“ Biblioteca convida servidores voluntários para participarem da 3ª edição do projeto Biblioteca Humana – relatos sobre o 8 de janeiro

Em comemoração ao Mês do Servidor, a Biblioteca da Câmara dos Deputados realizará a terceira edição do projeto “Biblioteca Humana”, que consiste em disponibilizar um “acervo” de pessoas dispostas a contar alguma experiência de vida ao público participante do evento, de forma intimista.

Essa ideia surgiu em Copenhague, na Dinamarca, em 2000, por iniciativa da ONG Stop the Violence!, com o intuito de incitar ao diálogo e fomentar a compreensão entre diferentes tipos de culturas e pessoas com quem, normalmente, não interagimos. Com o êxito do projeto, as “bibliotecas humanas” ganharam adaptações mundo afora, em geral ligadas aos espaços de bibliotecas públicas. Na Biblioteca da Câmara, as duas primeiras edições deste projeto, em 2017 e 2018, foram momentos agradáveis de confraternização e empatia, com a participação dos servidores ouvindo e contando histórias sobre sua vida pessoal, na primeira edição, e sobre o período da Constituinte, na segunda edição.

Para esta terceira edição, a Biblioteca selecionará, até o dia 08/09/2023, servidores efetivos e terceirizados (especialmente os do Depol, Detec e Cedi/Cobec), que tenham participado das ações de contenção e reparação dos danos sofridos pela Casa em decorrência dos atos de vandalismo ocorridos em 8 de janeiro, para relatarem suas experiências aos demais servidores e outros interessados em conhecer melhor esse momento traumático para a sociedade e as instituições brasileiras. Posteriormente os depoimentos dos “livros humanos” poderão ser registrados em um livro – físico e eletrônico – a ser organizado pela Cobib/Sedin e publicado pela Edições Câmara.

Os interessados em participar como “livros humanos” do evento, poderão entrar em contato com a Seção de Disseminação da Informação, da

Coordenação de Biblioteca – Sedin/Cobin, pelo e-mail sedin.cedi@camara.leg.br. Para mais informações, liguem no ramal 65697.

O evento está previsto para o dia 20/10/2023, das 10h às 12h, no salão de leitura da Biblioteca.”¹²

6.3.1 Relatos sobre o 8 de janeiro¹³

O evento da terceira edição da Biblioteca Humana seguiu os planejamentos do projeto e foi realizado no dia 20 de outubro de 2023, das 10h às 12h, com a temática “Relatos sobre o 8 de janeiro”, contando com a colaboração de servidores

¹² Documento interno cedido pela Seção de Disseminação da Informação da Câmara dos Deputados com autorização para publicação.

¹³

efetivos e terceirizados que participaram de ações diversas de reparos aos danos causados pelos vandalismos em 8 de janeiro. Os livros humanos e suas respectivas histórias escolhidas foram as seguintes:

“Catálogo dos “Livros Humanos”

Adilson Ferreira Paz – Policial Legislativo, diretor da Coordenação de Segurança Orgânica (Coseo/Depol), estava na linha de frente, coordenando a resistência dos policiais legislativos da Câmara dos Deputados à invasão do edifício principal no dia 8 de janeiro.

Aline Rabelo Ferreira – Conservadora-restauradora, funcionária terceirizada da Seção de Conservação e Restauração (Secor/Cobec/Cedi), participou do resgate e das ações de conservação e restauração das peças atingidas pelos ataques do dia 08 de janeiro, já a partir do dia 9, quando a entrada da equipe da Secor foi liberada na área do Salão Verde.

Gilcy Rodrigues Azevedo – Servidora aposentada, ex-diretora da Coordenação de Preservação da Câmara dos Deputados (Cobec/Cedi), foi responsável pela coordenação geral da equipe de restauradores e dos trabalhos de recuperação dos objetos museológicos, bens culturais afetados pelas ações de vandalismo no dia 08 de janeiro.

Jônatas Almeida Silva – Policial Legislativo, era chefe da Seção de Policiamento dos Anexos II e III (Sepol III/Coseo/Depol), estava de férias, mas foi acionado e permaneceu na linha de frente de contenção da invasão à Câmara, desde as 16h, no dia 8 de janeiro.

Renato Silva Araujo – Funcionário terceirizado da Ditec, foi chamado, ainda no dia da invasão, para reparar os danos nos computadores da forma mais rápida possível para que a casa voltasse a sua normalidade, e pode presenciar e fotografar cenas lamentáveis de destruição do patrimônio público.

Rosa Raimunda Araújo – Funcionária terceirizada da área de Limpeza, comoveu-se na manhã do dia 9, ao ver a situação caótica do seu local de trabalho, a Liderança do PT – móveis destruídos, o chão coberto de cacos de vidro das janelas quebradas –, e participou ativamente do mutirão de limpeza das áreas afetadas pela invasão do edifício principal.”¹⁴

14

Figura 9 - Equipe da terceira edição de Biblioteca Humana



Fonte: Câmara dos Deputados, 2023.

Figuras 10 e 11 - Reunião entre leitores e livros humanos da terceira edição de Biblioteca Humana



Fonte: Câmara dos Deputados, 2023.

Por ter sido realizada muito próxima às datas de formulação deste trabalho, foi-me possível participar das atividades da terceira edição de Biblioteca Humana, cujas experiências pessoais e percepções serão relatadas a seguir.

6.4 Relato de Experiência

O contato por e-mail com a Biblioteca da Câmara em setembro de 2023 obteve a favorável resposta de que, coincidentemente, após 5 anos da realização do

último evento de Biblioteca Humana, outro seria promovido em 20 dias, o que possibilitaria a rica contribuição de me permitir a observação do estudo como participante e a retirada de conclusões que, como vimos e ainda veremos ao decorrer deste estudo, não poderiam ser adquiridas de outra forma que não pelo contato com a memória alheia por meio da oralidade, do diálogo.

Ao adentrar o anexo 2 da Câmara dos Deputados em 20 de outubro de 2023 para a participação do evento, perto das 10h da manhã, ainda na entrada realizando os procedimentos de identificação, podia-se ouvir ao menos duas ou três menções a um evento que estava para se iniciar no espaço da Biblioteca.

O salão de leitura contava com um número considerável de pessoas, e ao entrar era evidente que a primeira ação que cabia aos leitores dos livros humanos dizia respeito a algo a ser realizado em uma mesa na entrada do salão, que contava com a presença de dois responsáveis que estavam a preencher alguns papéis, sendo um deles o senhor Jair, profissional que auxiliou e forneceu os documentos para o desenvolvimento do recorte deste estudo.

O primeiro passo para o acesso à narrativa dos livros humanos era a escolha de dois indivíduos cujo resumo lhe chamasse mais a atenção, uma vez que, semelhante às outras edições de biblioteca humana, apenas duas sessões de conversa seriam realizadas. Ao ler as atribuições de cada livro humano e os respectivos resumos do que seria relatado, o número de sessões parecia pouco diante da curiosidade despertada pelas diversas percepções sobre um mesmo caso que seriam apresentadas. O mesmo pensamento pôde ser identificado durante interações com outros “leitores” após as narrativas, porém uma possível justificativa para esse fato também foi percebida e pontuada pelos próprios leitores imediatamente após o levantamento dessas questões: seria cansativo para os “livros humanos” relatar diversas vezes a mesma história. Ao receber dois grupos diferentes de pessoas, o processo de narrar suas experiências pode trazer diferentes perspectivas e opiniões que permitam agregar e incentivar os livros humanos, mas a repetição intensiva do mesmo relato poderia ser exaustivo e pouco estimulante aos livros, contrariando o sentido de “celebração” ao dia do servidor, e possivelmente enfraquecendo as conexões com as pessoas que realizariam as últimas leituras, especialmente em narrativas com riquezas de detalhes, como foi o caso da primeira “leitura” escolhida para este trabalho.

Uma série de folhetos contendo os nomes dos livros humanos e suas devidas atribuições e ligações com os ocorridos em 8 de janeiro constando de maneira resumida, estavam distribuídos pela mesa na entrada, o leitor deveria ler e selecioná-los. Ao escolher as narrativas mais interessantes para serem analisadas aqui, os resumos de Aline Rabelo Ferreira e Rosa Raimunda Araújo¹⁵ se destacaram entre os outros. Aline Rabelo Ferreira trabalha no setor de conservação e restauração da Câmara dos deputados, e sua área de atuação parecia um pouco mais familiar para um estudo na área de Ciência da Informação. Já o relato de dona Rosa Raimunda Araújo traria um enriquecimento notável para a análise dos acontecimentos do dia 8 de janeiro com a perspectiva dos trabalhadores terceirizados da limpeza, que tiveram contato direto com a destruição causada pelos vândalos e tornaram possível a realização de todos os reparos pelos profissionais das outras áreas posteriormente.

Uma vez escolhidas as narrativas a serem ouvidas, o primeiro nome dos leitores era anotado abaixo do nome de cada livro humano em uma folha de controle. A partir daí, cada leitor já poderia se dirigir à mesa correspondente ao primeiro livro escolhido.

As mesas do salão de leitura foram remanejadas de forma que cada mesa apresentava um bom intervalo de espaço. Como visto na composição dos projetos anteriores, a razão para isso é evitar que as mesas fiquem próximas demais fazendo as conversas interferirem umas nas outras. Um total de 6 mesas ocupavam o espaço do salão, cada uma com 6 cadeiras dispostas ao redor (das quais uma seria destinada ao livro humano) com um identificador de plástico ao centro contendo o nome da pessoa que contaria a história e sua respectiva área de atuação.

Enquanto o evento não começava, os participantes ficaram livres para transitar pelo espaço e interagir uns com os outros, e até mesmo se situar e descobrir em que mesas estariam alocados os livros escolhidos. Um carrinho contendo café e água estava à disposição na lateral do salão. Pouco depois das 10h, os leitores começaram a se acomodar às mesas para ouvir o primeiro relato escolhido, e a diretora da Biblioteca da Câmara abriu o evento com algumas contextualizações iniciais.

Foi relatada de maneira resumida a iniciativa de Copenhagen que influenciou a versão de Biblioteca Humana proposta pela Câmara dos Deputados. Os livros

¹⁵ Citação dos nomes reais autorizada pelas narradoras.

humanos da edição foram apresentados e aplaudidos e, posteriormente, as regras do evento foram expostas, que, na verdade, diziam respeito apenas ao tempo de diálogo: cada narrativa teria 25 minutos à sua disposição, sendo que no vigésimo minuto a diretora interromperia os relatos para lembrar a todos que o tempo estaria chegando ao fim, possibilitando dessa forma que os livros humanos começassem a finalizar suas histórias. Após o término da sessão, os leitores deveriam se dirigir à próxima leitura.

6.4.1 Relato de Aline Rabello Ferreira

A primeira leitura dizia respeito às experiências de Aline Rabello Ferreira. Foi decidido, para melhores conclusões neste trabalho, não realizar nenhum tipo de registro durante a escuta dos relatos, como gravações ou escrita, não apenas com o intuito de não interferir na naturalidade da narrativa, visto que os livros humanos poderiam se sentir pressionados ou mesmo desconfortáveis com a ideia, mas também para entender a maneira como as histórias poderiam causar impacto tendo apenas a oralidade como via, possibilitando uma conexão e foco maior com as narrativas e com os sentimentos relatados.

Sendo assim, Aline Rabello Ferreira relatou que trabalha como terceirizada na Seção de Conservação e Restauração da Câmara dos Deputados desde 2019. O início de seu relato tratou de familiarizar os leitores acerca dos trabalhos realizados no cotidiano da seção, a fim de apresentar as mudanças bruscas na rotina dos profissionais após o ocorrido em 8 de janeiro¹⁶. O trabalho anteriormente era pautado na conservação e restauração do montante de obras de cunho artístico e histórico que compõem o acervo da Câmara dos Deputados. Os funcionários eram dispostos em pequenos setores, e cada um trabalhava com seus projetos individuais de acordo com as demandas do momento.

A restauradora ressalta que o dia 8 de janeiro transformou os focos e o ritmo de trabalho da Seção de conservação e restauração, uma vez que os atos terroristas também atingiram as obras de arte dispostas pelo espaço da Câmara. Antes de possuírem total noção de como ficara a Casa após os ataques, Aline destaca que

¹⁶ “Na tarde do dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de Lula, milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que questionavam o resultado das eleições presidenciais de 2022, invadiram e depredaram áreas internas do Congresso, do Palácio do Planalto e do Palácio do Supremo Tribunal Federal.” (MEMÓRIA GLOBO, 2023)

uma série de notícias inconclusivas circulavam, o que causou um pânico inicial quanto ao nível de destruição das obras.

Apesar de os atos destrutivos não terem atingido o acervo em sua totalidade, a cena com que se depararam os restauradores no dia 9 de janeiro, um dia após o ataques, era muito ruim. Não houve marcas causadas apenas pelos ataques conscientes às obras, mas também pelo uso de mangueiras de água e extintores de incêndio dentro do espaço durante os conflitos entre policiais e invasores. O piso do salão verde se encontrava completamente molhado, e marcas causadas pelos extintores podiam ser avistadas também em obras de arte, como na escultura conhecida como “Anjo”, de Alfredo Ceschiatti.

Além disso, objetos foram retirados de seus lugares e arremessados, amassados, violados, houve casos de roubo de presentes protocolares, e diversas cerâmicas e vasos foram destruídos por completo ao serem quebrados. As maquetes em exposição na entrada do órgão também foram destruídas.

Uma vez superficialmente entendida a situação geral dos objetos, o setor de conservação tratou de elencá-los em uma escala de danos mínimos, médios e graves. Aline era um “Livro Humano ilustrado” e, durante toda a narração de sua experiência, apresentou fotos que mostravam a situação do espaço à época, bem como os objetos destruídos. O foco do trabalho do setor de restauração e conservação se estendeu à resolução dessas problemáticas até o dia 31 de janeiro, quando puderam retornar aos poucos e realizar algumas atividades como as anteriores.

No dia 20 de outubro, data do relato de Aline, quase todas as obras com possibilidade de recuperação já haviam sido restauradas, e apenas um item permanecia desaparecido entre os presentes protocolares: uma concha de ouro com uma pérola, cedida pelo Catar, que na época encontrava-se em exposição na entrada em razão dos jogos da copa do mundo. A situação que o setor precisou enfrentar foi inédita e sem dúvidas desafiadora, mas serviu para demonstrar a capacidade e perseverança dos restauradores.

Durante toda a narração de seu relato, Aline usou de fotos e de escritas pessoais para se nortear e manter uma constância, o que, conforme apontado anteriormente, pode ser uma característica adotada pelos livros humanos ou não, a depender de suas necessidades de lembrar a ordem de alguns fatos e sentir mais segurança na externalização de suas experiências. Interrupções podiam ser feitas a

qualquer momento durante a “leitura”. Os leitores podiam não apenas questionar acerca da experiência que estava sendo relatada, como também contribuir com seus conhecimentos e percepções, o que demonstra o conhecimento de via dupla possível no compartilhamento de informações pela oralidade.

Ao final da primeira sessão de leitura, levou um curto espaço de tempo até que os leitores se acomodassem para a segunda sessão. Muitos estavam empolgados após a primeira leitura e interagindo uns com os outros, apontando partes interessantes dos relatos que ouviram e lamentando não poder participar de outras sessões, apesar de entenderem as razões.

6.4.2 Relato de Rosa Raimunda Araújo

A segunda leitura seria da história de Rosa Raimunda Araújo. Funcionária terceirizada da área de limpeza, Rosa trabalha há 13 anos na Câmara dos Deputados e participou do mutirão realizado para limpar as áreas afetadas pelo ataque ao edifício principal.

Rosa iniciou sua história ao nos informar como ficou sabendo da situação na Praça dos três poderes. Apesar de ter acompanhado notícias gerais pela televisão no dia dos ataques, apenas no dia seguinte pela manhã, ao receber fotos pelo celular, conseguiu realmente compreender a dimensão da destruição em seu local de trabalho.

Os funcionários terceirizados de limpeza do período da manhã não conseguiram fazer muita coisa pelo local, uma vez que a perícia continuava agindo com suas investigações. Rosa trabalha no turno da tarde, no espaço reservado à liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara, partido político de onde saiu o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva. Sendo as ações do dia 8 de janeiro de cunho antidemocrático, e considerando as hostilidades dos invasores para com o Partido dos Trabalhadores, é de se imaginar a destruição com que se deparou Rosa nesse espaço. A funcionária e suas colegas de trabalho não conseguiram conter as lágrimas e foram consoladas por deputados do partido que também averiguavam a situação pela primeira vez. Rosa destacou o entristecimento que sentiram os funcionários ao verem o descaso com o trabalho de limpeza por parte dos invasores, e o sentimento de desânimo ao ver tudo o que teriam que consertar pela frente.

Apesar de estarem dispostos a começar logo os reparos, não houve muito a ser feito imediatamente, uma vez que, além das destruições já expostas aqui ao

espaço arquitetônico e às obras de arte, diversos equipamentos eletrônicos sofreram extremas danificações. Computadores foram depredados e parcialmente arrancados das tomadas com violência, por isso o espaço ao redor das máquinas era imprevisível aos funcionários por estarem apresentando indícios de curto circuito. Outras máquinas como televisões, cafeteiras, microondas também foram quebrados pelos vândalos.

A limpeza do chão do espaço custou aos funcionários da limpeza ao menos uma semana inteira de trabalho, pois, por mais que limpassem todos os dias, as vidraçarias ficaram enfraquecidas com os ataques e voltavam a quebrar com frequência, espalhando cacos de vidro novamente pelo espaço.

Apesar de não ter estado na Câmara no dia 8 de janeiro e não ter presenciado as ações violentas, o evento trágico pareceu ter grande impacto sobre Rosa. A funcionária expressava uma grande empatia para com os terceirizados de segurança e portaria, entre outros profissionais presentes que provavelmente passaram por momentos amedrontadores ao se verem em minoria diante de tão violenta multidão. Rosa declarou, por fim, que perceber que eventos trágicos como esse podem ocorrer mesmo em um espaço que parece constantemente seguro, como a Câmara dos deputados, trouxe inseguranças e traumas a ela, de forma que quaisquer sensações de urgência, como barulhos de helicóptero sobrevoando o espaço, lhe causam gatilhos e a fazem pensar que algo de ruim está acontecendo.

O testemunho de Rosa foi guiado de maneira diferente do testemunho de Aline. Ainda que o primeiro apresentasse as consequências desafortunadas sofridas a objetos tão valiosos e conservados com esmero da Câmara dos Deputados, tratava-se de um depoimento bastante lógico, apresentando a necessidade de se fornecer muitos dados e números, tornando essencial o guia da narradora por meio de fichas e fotos. O testemunho de Rosa nos apresentou menos informações de cunho lógico, nos fornecendo em vez disso, a igualmente necessária noção dos impactos emocionais dos ataques aos funcionários da Câmara, que realizam seus trabalhos cotidianamente, mas também são seres humanos que, como todos os outros, se afetam por momentos traumáticos. A forma fragilizada como Rosa contava sua experiência trouxe empatia imediata aos leitores, sendo que estes, com a escolha da funcionária de não utilizar anotações para se guiar, praticamente cumpriam o papel de guias, fazendo frequentes perguntas e mantendo constante interação com o relato.

O relato de Rosa possibilitou boas interações especialmente entre os servidores e funcionários dispostos a mesa, que se sensibilizavam com sua história e expunham também suas próprias memórias e percepções acerca do ocorrido. Por meio dessa ligação que mantêm os trabalhadores sobre um evento dramático e uma memória negativa, podemos identificar o elemento de tragédia comum como auxiliar da memória e manutenção de conexões em uma comunidade proposto por Candau (2016), apresentado anteriormente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, conclui-se que o detrimento do uso e tratamento da oralidade em relação aos outros meios informacionais na atualidade possui fortes raízes na própria história das relações entre escrita e oralidade, sendo que esta história, de maneira geral, retrata a maneira como a oralidade outrora (e, importante ressaltar, ainda hoje em algumas tradições) perfeitamente compôs a essencialidade do cotidiano de grandes nações, sendo sua utilização como fonte de informação adequada e prestigiada nos dias atuais freada especialmente por percepções concebidas ainda durante a antiguidade acerca de sua inferioridade em relação à escrita.

Esse processo de inferiorização pode ser conectado a diversos fatores, entre eles a colonização por parte dos europeus, que ao se depararem com a memória e cultura oral desempenhadas nas nações por eles colonizadas, imediatamente as associaram a ideais de selvageria e ignorância. Como abordado anteriormente, a inserção da escrita em sociedades orais pode ocorrer de maneira natural e gradativa, ou de maneira impositiva e não consensual, como os processos de letramento liderados por missionários durante as colonizações.

Pode-se identificar os impactos da igreja na antiguidade e suas relações com a escrita, não apenas inserida entre os fatores que levaram ao afastamento da oralidade das noções de intelectualidade e sapiência, mas também no processo que a afasta do ambiente das antigas bibliotecas (levando em conta o domínio das igrejas quanto à livros e à própria escrita), instituições rigorosas de acesso friamente selecionado, cuja associação entre as escrituras, o sagrado e o silêncio contribuíram para o estabelecimento de uma distância e hostilidade entre biblioteca e usuário que perduram até os dias atuais.

Os projetos de Biblioteca Humana surgem como uma alternativa que contribui simultaneamente para demonstrar uma forma de inserção da oralidade no ambiente da biblioteca, ao mesmo tempo em que diminui as barreiras entre instituição e usuário, possibilitando interações enriquecedoras para ambos.

O contato com a iniciativa da Câmara dos deputados ilustra perfeitamente a maneira como a interação com os relatos de experiências individuais podem fornecer percepções únicas de eventos de larga escala. O conhecimento adquirido pelo diálogo é igualmente singular, possibilitando o contato com os sentimentos, memórias e adições dos indivíduos às memórias vivenciadas, podendo não apenas informar a quem está ouvindo, como também trazer mudanças significativas para suas maneiras de enxergar o mundo e a sociedade de que fazem parte.

A oralidade como fonte informacional está presente em diversas esferas do cotidiano, ainda assim, não há estudos em abundância que abordem suas relações com o trabalho realizado pelos cientistas da informação, em especial os bibliotecários. De maneira semelhante, apesar de percorrer o planeta, estando presente em dezenas de países, o projeto de Biblioteca Humana não é tão difundido como poderia ser, e conseqüentemente, carecem de trabalhos que tratem do assunto no contexto brasileiro.

Para trabalhos futuros, sugere-se que a temática da oralidade inserida na biblioteca seja abordada em suas mais amplas possibilidades para que se estreitem os laços entre a biblioteca e a comunidade de usuários atendida, e para que esses usuários se familiarizem com a oralidade como fonte informacional e passem a usufruir de uma gama de conhecimentos à sua disposição. Levando em conta os projetos de Biblioteca Humana, é importante que seja considerada a importância de momentos, entre as leituras ou ao final, que possibilitem trocas e interações entre os leitores, pois a percepção e o impacto dos relatos em cada um são sempre únicos, e os diálogos compartilhados acerca dessas ideias podem ser igualmente transformadores aos leitores.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. A. V. **Fundamentos da ciência da informação**: correntes teóricas e o conceito de informação. p. 57-79, . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BASTOS, G. G.; PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. **Biblioteca escolar: espaço de silêncio e interdição** | School library: a place of silence and prohibition. Revista, [S. l.], v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3238>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BAUMAN, Z.. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020

BRASIL. **Biblioteca humana**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/eventos/biblioteca-humana> Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. **Dia do Servidor Público: uma conquista de todos**. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/dia-do-servidor-publico-uma-conquista-de-todos>. 2021. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. **Relatório preliminar estima que prejuízo com invasão à Câmara já supera R\$ 3 milhões**. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/933508-relatorio-preliminar-estima-que-prejuizo-com-invasao-a-camara-ja-supera-r-3-milhoes/> . Acesso em: 5 nov. 2023.

CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da informação da UFMG, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COADIC, Yves-François Le. **A ciência da informação**. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOEBEL, Nancy. **Fags, Blacks and Hutterites: challenging prejudice and stereotypes with the augustana human library**. ACRL, p. 161-167, 2011.

GOMES, H. F.. **A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 19, n. spe, p. 151–163, out. 2014.

GUEDES, W. A teoria matemática da comunicação e a ciência da informação. In.: ENANCIB, 12., Brasília. **Anais** [...] Brasília: GTI, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/178147>. Acesso em: 05 nov. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HUMAN LIBRARY. Dinamarca, [2020]. Disponível em: <http://humanlibrary.org/human-library-organizers/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p.45-73

JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.

MEDEIROS, V. L. C. **Quando a voz ressoa na letra: conceitos de oralidade e formação do professor de literatura**. Organon, Porto Alegre, v. 21, n. 42, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/36161>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MEMÓRIA. In.: MICHAELIS, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wQeZ>. Acesso em 14 de nov. 2023.

MEMÓRIA GLOBO. Ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. Brasil [2023]. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/fantastico/reportagens/noticia/ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-de-2023.ghtml>. Acesso em: 1 de nov. de 2023.

MOREIRA; SILVA. Proposta de implantação do projeto de Biblioteca Humana em bibliotecas públicas. **BiblioCanto**, Natal, v. 7, n. 1, p. 19 – 36, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Disponível em:

<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PERROTTI, E. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Inf.Prof.**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 05–31, 2017. DOI: 10.5433/2317-4390.2016v5n2p05. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SÁ, Paloma Israely Barbosa de. **A cantoria de viola como registro de memória e disseminação de informação na região do Cariri: legitimação e contradição**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SAENGER, P. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental: I**. São Paulo: Ática, p. 147-84, 2002.

SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva. **Informação, História e memória: a constituição social da informação em relatos orais**. 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Ana Pricila Celedonio da. **Biblioteca e memória: interlocuções com a comunidade**. 2018. 167f. - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Fortaleza (CE), 2018.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. **Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações**. , p. 145-157. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93211>. Acesso em: 05 nov. 2023.

THOMAS, Rosalind. **Letramento e oralidade na Grécia Antiga**. São Paulo, Odysseus Editora, 2005.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. 5 Ed. São Paulo: Editora Centauro, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a voz: a literatura medieval** . São Paulo: Companhia das Letras, 1993.